

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL**

Emile Tatsch

**A TERAPIA OCUPACIONAL E OS CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA:
DELIMITAÇÕES DO CAMPO E REPRESENTATIVIDADE EM
REVISTAS CIENTÍFICAS DA ÁREA**

Santa Maria, RS
2018

Emille Tatsch

**A TERAPIA OCUPACIONAL E OS CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA:
DELIMITAÇÕES DO CAMPO E REPRESENTATIVIDADE EM REVISTAS
CIENTÍFICAS DA ÁREA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Terapeuta Ocupacional**.

Orientadora: Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi

Santa Maria, RS
2018

Emille Tatsch

**A TERAPIA OCUPACIONAL E OS CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA:
DELIMITAÇÕES DO CAMPO E REPRESENTATIVIDADE EM REVISTAS
CIENTÍFICAS DA ÁREA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Terapeuta Ocupacional**.

Aprovado em 17 de dezembro de 2018:

Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Ana Luiza Ferrer, Dra. (UFSM)

Liane Beatriz Righi, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

DEDICATÓRIA

*O que vem com amor,
Também se retribui com amor!
À professora Taísa Gomes Ferreira,
Que nos momentos de tempestade, ensinou ser calma!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família. Em especial, aos meus pais, Armando e Elizabete, pela força e compreensão nos momentos difíceis, por não mensurarem esforços para a realização deste sonho. Agradeço pelos ensinamentos sobre o valor da união familiar e provarem que o verdadeiro amor supera qualquer distância. Aos meus filhos, Henri e Hanna Elisa, pelas demonstrações de afeto e respeito e pela compreensão nos momentos que me fiz ausente. Ao pai dos filhos, André, que, mesmo que o vínculo como casal tenha se transformado em amizade, continuou me auxiliando para que fosse possível a dedicação ao curso.

Em especial, agradeço à minha orientadora Bianca Carrasco, pela dedicação em me ajudar a concluir este percurso, pelo cuidado e pelas palavras sempre afetuosas de encorajamento. Sou grata por Deus ter proporcionado o nosso encontro!

Aos amigos e aos colegas que sempre estiveram na torcida apoiando e se fizeram presentes tanto nas fases boas como nas ruins. Especialmente às amigas veteranas, Marlete e Daniela, que os nossos laços de alma se transformaram em irmandade. Às amigas Adriana e Amanda que colaboraram inicialmente na elaboração do projeto do presente trabalho. À amiga Andressa, colega e dupla no último estágio disciplinar. Agradeço todo amparo e caminhada até aqui.

À supervisora de estágio em Saúde Funcional, Juliana Maia Borges, hoje mais que professora, grande amiga presente em todos os momentos da minha vida, e à professora Rita de Cassia Barcellos, supervisora do estágio em Saúde Mental, por respeitarem a minha singularidade como aluna e como pessoa, assim como o meu tempo para concluir a graduação. À Educadora Especial integrante da Coordenadoria de Ações Educacionais, Thamille Pereira dos Santos, agradeço o auxílio e o incentivo acadêmico e pessoal recebido durante o tempo de convivência.

Às professoras da banca de conclusão de curso, Professora Ana Luiza Ferrer, coordenadora do curso de Terapia Ocupacional, agradeço pelo apoio fundamental neste processo final; Professora Liane Righi, do Departamento de Saúde Coletiva, profissional que eu admiro pelo trabalho que desempenha na defesa do Sistema Único de Saúde e pelo ensino público de qualidade.

Gratidão a todos!

“Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.”.

Geraldo Eustáquio de Souza

RESUMO

A TERAPIA OCUPACIONAL E OS CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA: DELIMITAÇÕES DO CAMPO E REPRESENTATIVIDADE EM REVISTAS CIENTÍFICAS DA ÁREA

AUTORA: EmilleTatsch

ORIENTADORA: Prof^a Bianca Gonçalves de Carrasco

A violência abrange, atualmente, uma das maiores problemáticas da sociedade atual, envolvendo complexos fatores sociais, culturais e econômicos. Nesse contexto, esta pesquisa busca caracterizar como a temática do *bullying*, da violência e da violência simbólica são divulgados na literatura específica dos terapeutas ocupacionais no Brasil. Foi realizado um estudo de produções sobre a temática da violência (especialmente a violência simbólica e o *bullying*) feitas por autores da Terapia Ocupacional a partir de uma revisão bibliográfica das duas maiores revistas da área: *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e *Revista de Terapia Ocupacional*, da Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa foi realizada no banco de dados virtual das duas revistas, usando os termos “violência”, “violência simbólica” e “*bullying*” como palavras-chave de busca. Foram encontradas 31 publicações sobre temática, desenvolvidas ao longo de 10 anos; desse total de publicações, 21 encontram-se na *Revista de Terapia Ocupacional*, da USP, e 10 nos *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, da UFSCar. Os dados foram divididos em categorias de análise, a partir da análise narrativa, e analisados à luz dos aportes teóricos do sociólogo Pierre Bourdieu que orientam esta pesquisa. Espera-se que os dados desta pesquisa possam contribuir e dialogar com as publicações sobre a temática da violência, uma vez que verificamos que, para os terapeutas ocupacionais, a temática é transversal aos campos de atuação da profissão, uma vez que se constitui, na atualidade, como algo inerente ao cotidiano e à vida das pessoas.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Violência; Violência simbólica; *Bullying*.

ABSTRACT

THE OCCUPATIONAL THERAPY AND THE CONTEXTS OF VIOLENCE: FIELD DELIMITATIONS AND REPRESENTATIVENESS IN SCIENTIFIC MAGAZINES

AUTHOR: Emille Tatsch

ADVISOR: Bianca Gonçalves de Carrasco

Violence is one of the biggest problems of today's society, involving complex social, cultural and economic factors. In this context, this research seeks to characterize how the issue of bullying, violence and symbolic violence are reported in the literature of occupational therapists in Brazil. Therefore there was perform a state of the art of productions on the theme of violence (especially symbolic violence and bullying) made by authors of Occupational Therapy from a literature review of two major journals in the field: *CadernosBrasileiros de TerapiaOcupacional*, from Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), and *Revista de TerapiaOcupacional*, from Universidade de São Paulo (USP). The research was conducted in the virtual databases of the two magazines, using the terms "violence" "symbolic violence" and "bullying" as search keywords. There were found 31 publications on the theme, developed over 10 years; from that total, 21 are in the *Revista de TerapiaOcupacional*, USP, and 10 in the *CadernosBrasileiros de TerapiaOcupacional*, UFSCar. The data were divided into categories of analysis, from the narrative analysis, and analyzed in the light of the theoretical framework of the sociologist Pierre Bourdieu guiding this research. It is expected that the data from this research can contribute and dialogue with the publications on the subject of violence, since we found that for occupational therapists the theme is a cross to the profession fields of endeavor, since it is constituted nowadays as something inherent to everyday life and to people's lives.

Keywords: Occupational Therapy, Violence; Symbolic violence; *Bullying*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro1 - Artigos com o termo “violência” publicados nos <i>Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional</i> , da Universidade Federal de São Carlos.....	14
Quadro2 -Artigos com o termo “violência” publicados na <i>Revista de Terapia Ocupacional</i> ,da Universidade de São Paulo.....	16
Quadro 3 - Artigos com o termo Bullying publicados na <i>Revista de Terapia Ocupacional</i> , da Universidade de São Paulo.....	18
Gráfico 1 - Publicações relacionadas com a temática.....	19

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA.....	14
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
3.1 RELAÇÕES DE PODER, GÊNERO E CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA.....	20
3.2 “EM CASA, NA RUA, EM INSTITUIÇÕES”: CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE	23
3.3 FAMÍLIA, APOIO SOCIAL E CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA	26
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, AÇÕES INTERSETORIAIS E CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA NO CAMPO DA SAÚDE.....	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXOS	41
ANEXO A – QUADRO 1 – TERMO DE BUSCA: VIOLÊNCIA / 10 TÍTULOS	41
ANEXO B – QUADRO 2 – TERMO DE BUSCA: BULLYING / 5 TÍTULOS.....	45
ANEXO C – QUADRO 3 – TERMO DE BUSCA: VIOLÊNCIA / 16 TÍTULOS.....	51

1INTRODUÇÃO

Atualmente, a violência consiste em uma das maiores problemáticas da sociedade, envolvendo complexos fatores sociais, culturais e econômicos, não sendo possível compreendê-la de forma reduzida e limitada, tendo em vista que atravessa diversos aspectos sociais. Na sociedade atual, as diferentes formas de violência existentes podem “ser explicadas se compreendermos a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social”(SANTOS, 2004, p.8).

O *bullying* deriva de condições sociais, culturais e comportamentais – individuais ou institucionais –, pressupondo uma relação desigual de forças que gera discriminação e exclusão social. Tais manifestações de violência passam a “designar um amplo espectro de danos impingidos a outrem, em determinada situação relacional; danificação esta que pode comportar diferentes alvos: desde a integridade física e/ou moral, passando pelos bens materiais, até a participação simbólica e/ou cultural daquele” (AQUINO, 2000, p.160).

A ideia de força, ou de coerção, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia, a um grupo etário ou cultural. Força, coerção e dano, em relação ao outro, enquanto um ato de excesso presente nas relações de poder (SANTOS, 2004, p.8).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, em suas diversas obras, reconhece a escola como reprodutora da desigualdade social, pois ela transforma as classificações sociais em justas, defende e ratifica a meritocracia dos indivíduos. Bourdieu, durante sua trajetória científica, deu origem ao conceito de Violência Simbólica:

Violência suave que ocorre onde se apresentam encobertas as relações de poder que regem os agentes e a ordem da sociedade global. Nesse sentido, o reconhecimento da legitimidade dos valores produzidos e administrados pela classe dominante implica o ‘desconhecimento’ social do espaço, onde se trava, simbolicamente, a luta de classes (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Sendo assim, o conceito de violência simbólica, segundo Pierre Bourdieu, é parte de um processo denominado “arbitrário cultural”, pois é expresso na interposição e legitimação das relações de dominação e poder socialmente construídas. Tal legitimação se dá através de mecanismos de dominação e exclusão sociais utilizados por indivíduos, grupos ou instituições, e impostos sobre outros.

A definição de violência simbólica também aparece como eficaz para explicar a adesão

à violência por parte dos dominados: “dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas linguísticas e outras” (VASCONCELLOS, 2002, p. 81).

Reproduzida a partir de aspectos sociais, culturais e individuais, a violência simbólica é identificada na imposição legitimada da desigualdade de condições de poder entre os indivíduos. Nesse quadro, o dominado não se percebe vítima e acaba por naturalizar a relação de dominação e cede à imposição da classe dominante, garantindo-lhe o poder simbólico: “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BORDIEU, 1989, p.7).

Para Bourdieu e Passeron (1972), todo o poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações, impõe-nas como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força e acrescenta sua força propriamente simbólica a essas relações de força. (BORDIEU, PASSERON, 1972, p.19). Abramovay (2002) explicita algumas manifestações de violência simbólica:

...abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade; verbal; e institucional como a marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder (ABRAMOVY, 2002, p. 74).

A violência simbólica é um fenômeno histórico e atual, assim como o fenômeno *bullying*, o qual também se manifesta na forma de violência desigual de poder. Essa violência é constituída a partir das relações sociais e incorporações culturais, com base em uma construção cultural e simbólica, impossibilitando quem não pertence a ela de ascender socialmente. É uma violência silenciosa, sem motivação evidente, que reproduz preconceito e gera discriminação e exclusão social:

O estilo de vida é a primeira e talvez hoje a mais fundamental dessas manifestações simbólicas, vestimenta, mobiliário ou qualquer outra propriedade que, funcionando segundo a lógica do pertencimento e da exclusão, exibem as diferenças de capita (entendido como capacidade de apropriação de bens raros e dos lucros correlatos) sob uma forma tal que escapem à brutalidade injustificável do fato, do dado bruto, simples insignificância ou pura violência, para aceder a essa forma de violência desconhecida e denegada, e portanto afirmada e reconhecida como legítima, que é a violência simbólica (BOURDIEU, 1978, p.115).

Arendt (1979) e Bourdieu (1994) argumentam que o papel da violência na história deve ultrapassar a relação entre guerra e política, ou entre violência e poder, porque a violência visível e concreta desaparece, dando lugar à violência velada, que não é menos cruel, ou incidente. Sendo assim, percebe-se que a violência é um grave problema social que, quando

manifesta na forma de *bullying*, transcende as características institucionais, interligando fatores internos e externos envolvidos na desordem social e cultural dos indivíduos.

Podemos identificar que *obullying* atinge a dignidade e a integridade física e psíquica das vítimas, tendo reflexos na sociedade e na saúde pública. Cabe ressaltar que os estudos literários, na sua maioria, abordam o *bullying* no contexto escolar, sendo uma prática prevalente nas escolas. Entretanto, ele também se manifesta em outros graus institucionais de ensino e em diversos outros espaços que estabelecem relações sociais e hierárquicas entre os indivíduos. Lopes Neto (2005) considera necessária a realização de estudos, na área da saúde, que se voltem à temática da interferência do sistema educacional no desenvolvimento acadêmico dos indivíduos.

Acredita-se que os profissionais de Terapia Ocupacional podem contribuir com seu escopo profissional em relação à temática da violência e da violência simbólica. Segundo a World Federation of Occupational Therapy (2003), a Terapia Ocupacional é um campo de conhecimento e de intervenção em saúde, educação e no campo social que reúne tecnologias orientadas para a emancipação e a autonomia das pessoas que, por razões ligadas a problemáticas específicas – físicas, sensoriais, mentais, psicológicas e/ou sociais – apresentam, temporária ou definitivamente, dificuldades de inserção e participação na vida social. Nessa premissa, Macedo et al. (2016) compreendem que a ação da Terapia Ocupacional no contexto cultural dos indivíduos visa reconhecer os modos de vida e de se relacionar, bem como a sistematização simbólica das experiências e das dinâmicas individuais e coletivas de diferentes grupos.

A problemática tratada nesta pesquisa surge de inquietações que, interligadas, levam-nos às seguintes perguntas-problema: Os terapeutas ocupacionais escrevem sobre a temática da violência? Existe, na literatura dos terapeutas ocupacionais, um viés da violência para a violência simbólica? E para o *bullying* como violência simbólica? Para responder o problema de pesquisa buscamos em revisões literárias que abordam a temática *bullying*, e em estudos advindos da área terapêutica ocupacional. Tendo como fundamento os aportes teóricos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, criador do conceito de Violência Simbólica.

Neste contexto, o objetivo da pesquisa foi mapear artigos científicos em revistas específicas da Terapia Ocupacional, os quais abordem a temática da violência. Caracterizando como a temática do *bullying*, da violência e violência simbólica são divulgados na literatura específica dos terapeutas ocupacionais no Brasil, evidenciando o *bullying* como caráter simbólico da violência e a importância da atuação do profissional de Terapia Ocupacional.

2METODOLOGIA

Foi realizado um estudo da arte das produções sobre a temática da violência – especialmente a violência simbólica e o *bullying*– da área de Terapia Ocupacional a partir de uma revisão bibliográfica das duas maiores revistas brasileiras da área: *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e *Revista de Terapia Ocupacional*, da Universidade de São Paulo (USP).

Optamos, metodologicamente, por seguir os caminhos de uma revisão de literatura narrativa. Segundo Brum et al(2015), essa revisão possuiu caráter amplo e tem a proposta de descrever o desenvolvimento de determinado assunto sob o ponto de vista teórico ou contextual, mediante análise e interpretação da produção científica existente. A revisão narrativa, portanto, não utiliza necessariamente critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura, sendo que a seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores.

A pesquisa foi realizada em maio de 2018, no banco de dados virtual das duas revistas, usando os termos “violência”, “violência simbólica” e “*bullying*” como palavras-chave de busca. Os artigos foram categorizados em produções relativas à violência com ênfase na violência simbólica e no *bullying*.

Foram encontradas na totalidade 31 publicações relacionadas à temática, apresentadas entre os anos de 2007 e 2017. Adotou-se como critérios de inclusão: artigos científicos, artigos de revisão e artigos originais e critérios de exclusão: teses, dissertações e editoriais. Sendo dez (10) publicações encontradas na revista *Cadernos Brasileiro de Terapia Ocupacional* a partir do termo “violência” (Quadro 1). Nessa revista, não foram encontrados registros com os termos “violência simbólica” e “*bullying*”.

Quadro 1 - Artigos com o termo “violência” publicados nos *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, da Universidade Federal de São Carlos.

(continua)

NOME DO ARTIGO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO
Políticas Públicas, Educação, Juventude e Violência da Escola: Quais as dinâmicas entre os diversos atores envolvidos?	Carla Regina Silva	2007

Utilização de contos de fadas e atividades simbólicas na compreensão de crianças vítimas de violência	HelianaCastro Alves	2007
Elaboração, implementação e avaliação de um programa de atividades de construção de bonecos para crianças vítimas de violência com dificuldade de aprendizagem	Juliana Testa Silva	2007
Hermenêutica gestáltica do abuso sexual para uma adolescente	Lucivaldo da Silva Araújo	2008
Intervenção em terapia ocupacional em casas-lares com crianças pré-escolares vítimas de violência doméstica: relato de experiência	Vivian Aparecida Leandro, Ana Maria Silvello Pereira	2009
Editorial (sem nome)	Michelle Selma Hahn, Ana Paula SerrataMalfitano, Iracema Serrat V. Ferrigno	2009
A necessária e urgente mudança na abordagem das pessoas em sofrimento pelo uso de drogas	Andrea Donatti Gallassi, Vagner dos Santos	2014
Diagnóstico situacional de pessoas com deficiência acompanhadas em terapia ocupacional em uma unidade básica de saúde	Sabrina de Mello Rodrigues, Marta Aoki, Fátima Corrêa Oliver	2015
Violência obstétrica: ativismo nas redes sociais	Lia Hecker Luz, Vânia de Vasconcelos Gico	2015
“Eu nem sabia que podia entrar aqui”: promoção de cidadania cultural como experiência de ressignificação de identidade de jovens em conflito com a lei	Monica Villaça Gonçalves	2016

Fonte: Autora.

Na *Revista de Terapia Ocupacional*, da USP, foram encontradas vinte e uma (21)

publicações a partir dos termos “violência” (16 publicações), apresentadas no Quadro 2, e do termo “*bullying*” (05 publicações), indicadas no Quadro 3. Não foram encontrados registros específicos com o termo “violência simbólica”, mas ressalta-se que o termo foi discutido pelos autores nas publicações analisadas.

Quadro2 - Artigos com o termo “violência” publicados na *Revista de Terapia Ocupacional*, da Universidade de São Paulo.

NOME DO ARTIGO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO
Terapia ocupacional na vigilância em saúde do trabalhador*	Maria Teresa Bruni Daldon, Selma Lancman	2012
Motivações e expectativas na busca de tratamento para o uso abusivo e dependência de crack, álcool e outras drogas	Rebeca Rodrigues Gomes Mara Cristina Ribeiro Ewerton Cardoso Matias Mércia Zeviani Brêda Elisabete Ferreira Mângia	2015
Rede de cuidado a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico: ações de promoção à saúde	Mayara Francelle Oliveira Barata, Keise Bastos Gomes da Nóbrega, Kátia Cilene Silva de Jesus, Maria Luiza Lopes Timóteo de Lima, Vera Lucia Dutra Facundes	2015
Autor e vítima: a vulnerabilidade social de jovens que cometeram atos infracionais em Belo Horizonte	Thamyres Cristina Silva Pereira, Jhonatan Natércio dos Reis, Luciana Assis Costa	2015
Adolescentes no CAPSi: relações sociais e contextos de inserção	Amanda Dourado Souza Akahosi Fernandes, Thelma Simões Matsukura	2015
Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo – 3º ed.	Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA)	2015
“Pensando como um menino é mais fácil”: construções sobre as relações de gênero no discurso de meninas adolescentes	Rosana Juliet Silva Monteiro, Daniela Tavares Gontijo, Vera Lúcia Dutra Facundes, Anna Carolina Sena e Vasconcelos	2015

Experiências liminares diante da imagem: breves considerações para a Terapia Ocupacional	Christiane Siegmann, Tania Mara Galli Fonseca	2016
Gestante agricultora: agravos e riscos ocupacionais	Paula Marco Marchiori, Lucimare Ferraz	2016
Problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas entre alunos de uma Escola Municipal de Uberaba – um estudo piloto	Andrea Ruzzi Pereira, Rafaela Caroline Silveira de Castro, Jair Lício Ferreira Santos	2016
Avaliação neuropsicomotora e classificação funcional em escolares de 10 a 12 anos da rede pública.	Adriano Zanardi da Silva, Audrin Said Wojciechowski, Tainá Ribas Mélo, Bruna Yamaguchi, Alessandro Said Touchan, Andréa Serio Bertoldi, Vera Lúcia Israel	2016
Terapia ocupacional e consultoria colaborativa: uma revisão narrativa da literatura	Andréa Rizzo dos Santos, Sarah De La Libra	2016
Avaliação do comportamento motor de crianças entre zero a 12 meses incompletos em região periférica na cidade de Santos	Andréa Felner Navajas, Silvana Maria Blascovi-Assis	2016
Entre a casa e a rua: a percepção de adolescentes em situação de rua sobre o seu cotidiano	Bianca Karine da Silva Waldez Cavalcante Bezerra Mara Cristina Ribeiro	2017
Vulnerabilidade sócio ambiental e o cuidado na primeira infância: o olhar da terapia ocupacional para o trabalho em creche	Andrea PerosaSaighJurdi, Patrícia Andrade Teixeira, Cristina dos Santos Cardoso de Sá	2017
Cotidiano e práticas educativas parentais: a percepção das famílias de crianças em sofrimento psíquico	Maria Fernanda Barboza Cid, Gabriella da Cruz Santos, Carolina Elisabeth Squassoni	2017

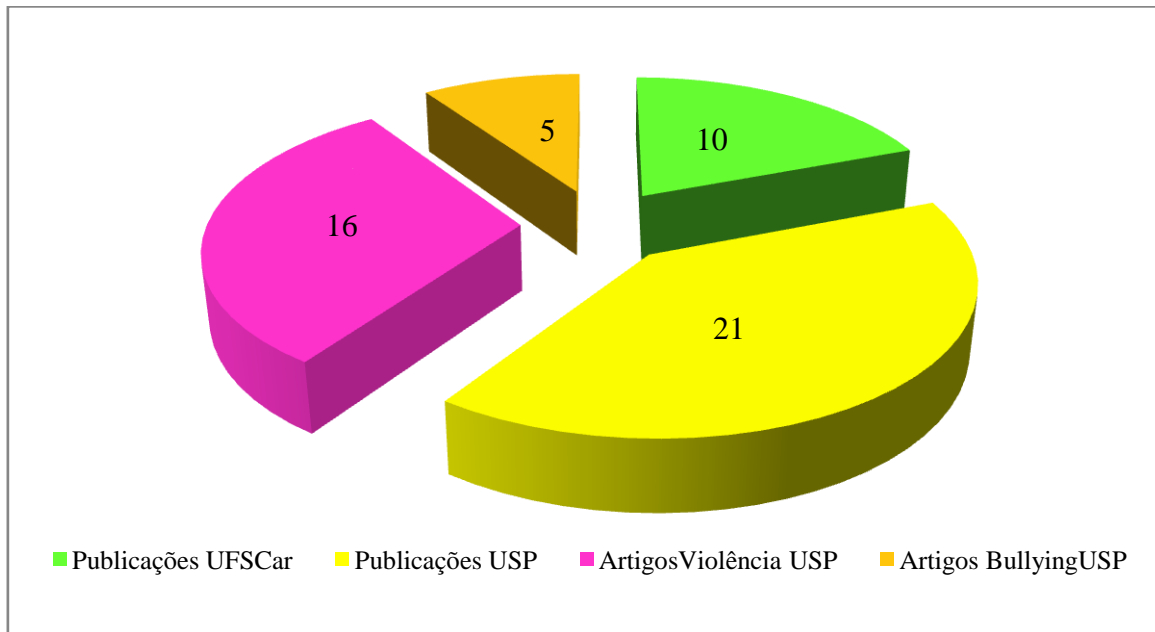
Fonte: Autora.

Quadro3 - Artigos com o termo Bullying publicados na Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.

NOME DO ARTIGO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO
Ações da Terapia Ocupacional para a prevenção da violência com adolescentes: relato de pesquisa	Carolina Côrtes, Daniela Tavares Gontijo, HelianaCastro Alves	2011
Saúde mental de crianças e adolescentes vítimas de violência: uma revisão crítica da literatura	Kafla da Silva Bontempo, Andrea Ruzzi Pereira	2012
Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo – 3º ed.	Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA)	2015
Versão brasileira do Social SupportAppraisals: estudos de confiabilidade e validade	Carolina Elisabeth Squassoni, Thelma Simões Matsukura, Maria Paula Panúncio-Pinto	2016
Perspectivas sobre as estruturas não governamentais e a ação comunitária no apoio ao luto sadio em Portugal e o “Modelo Vivencial do Luto Sadio”	José Eduardo Rebelo, Selma Lancman, Marina PicazzioPerez Batista	2017

Fonte: Autora.

Gráfico 1- Publicações relacionadas com a temática.



Fonte: Autora.

Os dados foram divididos em categorias de análise a partir da análise narrativa e analisados à luz dos aportes teóricos que orientam esta pesquisa. A análise narrativa, de acordo com Bastos e Biar (2015), estabelece que o conhecimento é sempre produzido por um pesquisador, ele próprio um ator social, que, pelas lentes de suas próprias condições identitárias e contextuais, olha seu objeto de uma determinada perspectiva e o constrói sobre o campo de uma narrativa única.

Nessa perspectiva, no presente trabalho, foram elencadas as seguintes categorias de acordo com a análise realizada: 1- Relações de poder, gênero e contextos de violência, 2- Contextos de violência e situações de vulnerabilidade, 3- Família, apoio social e contextos de violência e 4- Políticas públicas, participação social, ações intersetoriais e contextos de violência no campo da saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram escolhidas quatro (04) categorias de análise após a imersão dos pesquisadores nos dados encontrados nos estudos bibliográficos. As categorias são apresentadas e analisadas a seguir.

3.1 RELAÇÕES DE PODER, GÊNERO E CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA

Nesta categoria, encontramos representadas as relações de poder e gênero, principalmente em relação às mulheres e às crianças/adolescentes. No artigo “Pensando como um menino é mais fácil”: construções sobre as relações de gênero no discurso de meninas adolescentes”, os autores, Monteiro et al (2015), compreendem a expressão “gênero” como denominação da construção social do sexo biológico instituída por valores culturais. Atitudes e posicionamentos de homens e mulheres decorrentes do contexto social e histórico podem fortalecer relações hierárquicas e de desigualdade social por meio de práticas explícitas ou simbólicas de violência, mediante parâmetros estabelecidos nas relações de poder socialmente aceitas. Assim, de acordo com os autores, condutas e ocupações pré-estabelecidas para o sexo feminino podem restringir a mulher a desempenhar papéis satisfatórios, implicando no domínio de atividades pessoais, emocionais, familiares e laborais.

O artigo aponta também que a família intervém no comportamento afetivo e sexual dos jovens, quando abordado com base no gênero. Ademais, o artigo descreve estratégias da terapia ocupacional voltadas para a autonomia do indivíduo, atribuições de novos significados no desempenho ocupacional e reestruturação do coletivo nesses contextos.

Segundo Monteiro et al (2015), as atribuições relativas a gênero intervêm na forma de existência e no desempenho ocupacional dos sujeitos desde o nascimento. O estudo se refere à percepção social expressa por adolescentes do sexo feminino sobre condutas e valores culturais influentes na sexualidade e nas relações de gênero.

O artigo denominado “Violência obstétrica: ativismo nas redes sociais”, de Luz e Gico (2015), apresenta a perspectiva de parto normal influenciado por questões sociais, culturais, políticas e econômicas. Aponta que muitas mulheres consideram normais as práticas de violência e desrespeito a sua autonomia, integridade física e mental dentro das instituições durante a assistência obstétrica. Os autores referem que as práticas e condutas, socialmente legitimadas e aceitas na forma de hierarquia e no estabelecimento de poder entre profissionais

de saúde e mulheres gestantes, são asseguradas pelas normas institucionais e acabam por tornar o corpo feminino uma propriedade institucional no processo do parto.

Nesse artigo, Luz e Gico (2015) contextualizam a coexistência do parto normal na sociedade mundial e na realidade brasileira, problematizando os paradigmas de cuidado em saúde que tenham influência na assistência obstétrica. A maioria desses cuidados atende a conveniência dos profissionais de saúde através da incorporação de grande número de intervenções e com a institucionalização do parto. Os autores apresentam a atuação de blogueiras e ativistas brasileiras contra a naturalização da violência obstétrica através de movimentos nas redes sociais em defesa da visibilidade do parto natural e humanizado.

O artigo escrito por Bontempo e Pereira (2012), intitulado “Saúde mental de crianças e adolescentes vítimas de violência: uma revisão crítica da literatura”, apresenta uma análise bibliográfica sobre a temática, objetivando reconhecer aspectos e consequências da violência na saúde mental de crianças e adolescentes. Estruturou-se através da revisão de artigos que apresentaram os diferentes tipos de violência e os fatores de risco para vítimas infanto-juvenil. Com base na análise de dados, os autores apresentaram a violência física associada à violência psicológica como a forma mais mencionada, apontando, conseqüentemente, altos índices de comportamento depressivo, ansiedade e condutas antissociais como resultante da violência vivenciada por crianças e adolescentes.

A pesquisa indica a violência contra a criança e o adolescente como um problema de saúde pública, em razão dos inúmeros aspectos motivadores. Os autores ainda consideram fatores de risco como a idade, o gênero, a classe econômica, a composição e as relações familiares dos indivíduos. Na revisão de literatura, os autores apontam a escola como local prevalente de coleta de dados, pois os autores identificam o espaço escolar como meio favorável para o reconhecimento, enfrentamento e prevenção das situações de violência. Da mesma forma, há uma preferência por adolescentes como público-alvo desse tipo de violência, visto que, na adolescência, aspectos associados à saúde mental tornam-se evidentes, como a construção da identidade, a busca de valores pessoais e a interação com grupos sociais.

Os autores Jurdi, Teixeira e Cardoso de Sá (2017), no artigo “Vulnerabilidade sócio ambiental e o cuidado na primeira infância: o olhar da Terapia Ocupacional para o trabalho em creche”, apresentam o desenvolvimento de crianças em situação de vulnerabilidade que frequentam instituições de cuidado e educação coletiva. Os autores compreendem a creche como um ambiente de atenção, proteção e suporte no processo do desenvolvimento infantil, considerando a relação da criança com diversos contextos, envolvendo a família e o território

em que estão inseridas. Identificam também, a importância de reconhecer os riscos ambientais presentes no cotidiano, além do impacto que causam nos vínculos familiares e na formação da primeira infância. A ausência de compreensão acerca das responsabilidades sociais e educacionais, assim como o desprovimento de ações e práticas articuladas entre saúde e educação, são fatores que, segundo os autores, não contribuem para a superação de condições de subcidadania e trajetórias de vulnerabilidade social.

Os autores consideram a intersetorialidade e a articulação de ações e saberes entre saúde, educação e assistência social como instrumentos potencializadores no enfrentamento da vulnerabilidade, riscos e danos, assim como no fortalecimento da promoção da saúde, políticas públicas e garantia de direitos de crianças e adolescentes. Descrevem, ainda, a atuação da Terapia Ocupacional na área da educação, caracterizando intervenções no contexto escolar e social direcionadas ao indivíduo e ao coletivo, à família e à comunidade, com vistas a reconhecer as relações que se estabelecem no cotidiano escolar e a interação entre os diferentes grupos. O artigo ainda ressalta que ações da Terapia Ocupacional voltadas para os paradigmas sociais relacionados à diversidade de gênero, etnia, condições físicas, mentais e econômicas devem ser enfatizadas no espaço educacional.

O artigo “Ações da Terapia Ocupacional para a prevenção da violência com adolescentes: relato de pesquisa” retrata a violência escolar cometida através do fenômeno *bullying* e identifica fatores que revelam a escola como colaboradora no processo de inclusão, assim como no de exclusão social. Os autores desse artigo, Cortês, Gontijo e Alves (2011), consideram imprescindível o aumento de estudos objetivando estratégias de prevenção da violência e a necessidade da intervenção de profissionais de diferentes áreas de atuação. Apresentam, ainda, as ações da Terapia Ocupacional através das atividades e dos recursos terapêuticos, de modo a relatar a efetividade da intervenção do terapeuta ocupacional na identificação e no enfrentamento da violência manifestada em diferentes contextos junto aos jovens e à comunidade escolar envolvida.

Esse artigo apresenta a violência configurada pela organização social como aspecto representativo e problemático, marcada pela diversidade cultural e social. Enfatiza o terapeuta ocupacional como profissional capacitado para atuar em situações relacionadas à violência, como no enfrentamento ao *bullying*, dado que as ações da Terapia Ocupacional são voltadas aos direitos sociais com a finalidade de promover conscientização e participação social dos sujeitos expostos à vulnerabilidade social.

Através da observação dos autores, constata-se que a relação hierárquica na escola, envolvendo alunos, professores e diretoria, denota situações de violência através do

autoritarismo e do abuso de poder no ambiente escolar. Conjuntamente, identificam a vivência dos participantes em diferentes contextos de violência, para além do espaço escolar, sendo reconhecidos na comunidade em que fazem parte, no que tocante a questões de gênero e nas relações familiares dos jovens. Os participantes da pesquisa, constantemente, mencionaram práticas de *bullying* no cotidiano escolar. Para os autores, o adolescente se utiliza da violência como afirmação de condições de poder e meio de existência social no ambiente institucional.

Essa categoria apresentou contribuição da Terapia Ocupacional em intervenções potentes sobre a reflexão da desigualdade de gênero e na abordagem dos direitos de autonomia e oportunidade das mulheres, crianças e adolescentes, principalmente. Os artigos analisados trazem a temática da violência e do *bullying* como importantes demandas do terapeuta ocupacional atuante no campo social e educacional.

Percebe-se ainda nessa categoria, a imposição de comportamentos, crenças e tradições impostos por classes dominantes referidas aqui como as instituições de saúde, instituições de ensino, a sociedade e a família, baseadas na hierarquização e na relação de poder sobre os dominados (crianças e adolescentes, mulheres). Imposição essa, identificada por Pierre Bourdieu (1989), como violência simbólica.

3.2 “EM CASA, NA RUA, EM INSTITUIÇÕES”: CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE

Nessa categoria, foram identificados as situações de vulnerabilidade e os contextos de violência nelas inseridos e instituídos. Segundo Leandro e Pereira (2009), no artigo “Intervenção em Terapia Ocupacional em Casas-Lares, com crianças pré-escolares vítimas de violência doméstica: Relato de Experiência”, a intervenção do terapeuta ocupacional é apresentada como de grande importância no cotidiano de casas-lares, promovendo, às crianças vítimas de violência doméstica, mudanças no comportamento e nas relações com outras crianças. Os autores utilizam o brincar como recurso terapêutico e como maneira para proporcionar autonomia ao indivíduo, possibilitando a qualidade do desenvolvimento infantil de acordo com a cultura e o contexto em que a criança está inserida. Destacam, também, as temáticas sobre o desenvolvimento infantil e a violência doméstica através de um relato de experiência com crianças abrigadas em casas-lares.

Conforme descrevem os autores, crianças vítimas de violência se tornam suscetíveis a terem problemas de desenvolvimento cognitivo, social e emocional, podendo reproduzir comportamentos agressivos, influenciar na construção de uma identidade psicossocial e

dificultar o processo de socialização individual e coletiva. Para os autores, as pesquisas mostram que crianças e adolescentes vítimas de violência também podem reproduzir comportamentos agressivos, dentre eles, como autores sinalizam, estão as práticas de *bullying*.

No artigo “Entre a casa e a rua: a percepção de adolescentes em situação de rua sobre o seu cotidiano”, os autores buscam compreender o cotidiano de adolescentes em situação de rua e identificar os fatores que determinam a sobrevivência nesse contexto. O percurso social, cultural e espacial experienciado por crianças e adolescentes e por suas famílias influencia diretamente nessa condição. O artigo apresenta a vulnerabilidade e riscos sociais abordados nos contextos de violência intrafamiliar, além da busca por renda e trabalho, o que resulta em atividades lícitas e ilícitas no contexto da rua e a privação dos direitos dos adolescentes como motivação ou justificativa para vivenciarem situação de rua.

O artigo também aborda fatores sociais, culturais e estruturais como determinantes para adolescentes em situação de rua vivenciarem esse contexto, assim como a forma com que compreendem e significam sua condição de vida. Além de identificar a vulnerabilidade nas redes de apoio e nas redes de proteção familiar e social, a exposição a distintos contextos de violência, a privação de recursos materiais e assistenciais, a carência de lazer e educação, o uso de drogas e a necessidade de busca por trabalho, são apontadas como condições cotidianas para que adolescentes encontrem-se em situação de rua.

Segundo os autores do artigo, adolescentes se envolvem em contexto de rua buscando distanciamento da miséria e dos conflitos familiares. Conseqüentemente, encontram-se sujeitos à marginalização, à exclusão social e à não garantia de seus direitos. De maneira oposta, as mudanças sociais e a pobreza obrigam todos os membros da família a viverem em situação de rua.

No artigo “Autor e vítima”: a vulnerabilidade social de jovens que cometeram atos infracionais em Belo Horizonte”, os autores Pereira, Reis e Costa (2015) apresentam o perfil socioeconômico de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Centro de Internação para Adolescentes Infratores, em Belo Horizonte. Identificam as condições estruturais – como o fato de morarem em comunidades carentes – e a baixa escolaridade e renda financeira, associadas à vulnerabilidade social, como fatores de risco para o envolvimento de jovens com a criminalidade. Os autores apresentam a vulnerabilidade social como elemento relacionado à criminalidade juvenil, tais como o reduzido acesso a recursos sociais e econômicos, particularmente à habitação, à educação, à saúde, à renda e a interações sociais no contexto territorial de jovens envolvidos em atos infracionais.

Esse artigo reconhece a presença significativa da evasão escolar no perfil dos

adolescentes infratores, apontando como justificativas o desinteresse, o abandono, o conflito com outros alunos e professores, o fracasso escolar e a suspensão das aulas. Explica, também, a disseminação do caráter simbólico da violência e das desigualdades reproduzidas pela escola – onde jovens envolvidos em atos infracionais são discriminados. Verificou-se, ainda, que a imposição de valores culturais e econômicos entre alunos pode resultar (como efeito do) no insucesso escolar desses jovens.

Já em outra publicação, baseada em um relato de experiência sobre as práticas da Terapia Ocupacional relacionadas à arte e à cultura com adolescentes infratores em uma unidade socioeducativa, o artigo “‘Eu nem sabia que podia entrar aqui’: promoção de cidadania cultural como experiência de ressignificação de identidade de jovens em conflito com a lei”, os autores apresentam a importância dessa atuação através de trabalhos voltados para o resgate da autonomia e da construção da subjetividade, assim como para a transição para a liberdade, através de atividades culturais interligadas ao cotidiano do adolescente no seu território.

O artigo aponta que, além da violência física, os adolescentes são a parcela da população que mais sofre com outra forma de violência, caracterizada pela privação de acesso aos seus direitos. Indicam-se dados baseados em características sociais, prevalecendo os pobres, moradores da periferia e já vítimas de violências de diferentes contextos, como a parcela de adolescentes mais responsabilizada pelos atos cometidos. Acrescenta-se, ao perfil, adolescentes negros que vivem em famílias extremamente pobres, não frequentam a escola, nem trabalham, vítimas da exclusão social.

A análise dessa categoria nos remeteu também aos estudos de Pierre Bourdieu, no tocante que o autor compreende a estrutura social como um sistema hierarquizado de poder e privilégios, firmado pelas relações econômicas, simbólicas e culturais. Contudo, entendendo que as diferentes organizações nessa estrutura originam da desigualdade de recursos e poderes entre cada indivíduo.

E por fim, as publicações analisadas nessa categoria nos convidam a reflexões habitualmente despertadas pelos terapeutas ocupacionais atuantes no campo social, no que tange da vulnerabilidade social. Segundo Malfitano (2016), o campo social pode ser compreendido como um lócus intersetorial de operacionalização da vida ou seja o contexto concreto onde a vida acontece de acordo com as possibilidades e os limites impostos pelos fatores sócio-econômicos.

3.3 FAMÍLIA, APOIO SOCIAL E CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA

No artigo “Cotidiano e práticas educativas parentais: a percepção das famílias de crianças em sofrimento psíquico”, Cid, Santos e Squassoni (2017) descrevem contribuições da literatura sobre Práticas Educacionais Parentais, assim como a perspectiva de responsáveis por crianças em sofrimento psíquico em um Programa de Terapia Ocupacional em Saúde Mental Infantojuvenil, sendo discutido aspectos sobre o cotidiano, a rotina da criança e da família e as práticas educativas parentais.

O artigo apresenta que o sofrimento psíquico em crianças e adolescentes deve ser abordado distintamente de acordo com a complexidade de fatores motivacionais – particularmente, a forma de se relacionar entre si, com a família e socialmente. Os autores apresentam estudos que indicam que a estrutura familiar é uma grande influência na saúde mental infanto-juvenil, exemplificando a violência intrafamiliar como um fator determinante nessa condição.

De acordo com o artigo, valores culturais e atitudes socialmente aceitas permitem que os pais utilizem as práticas educativas parentais no desenvolvimento educacional e social dos filhos. Por conseguinte, o artigo descreve a importância da rotina e da interação entre a família na realização das atividades domiciliares, escolares e de lazer, beneficiando, assim, o processo escolar e social e contribuindo para a saúde mental da criança. Os autores também apontam a necessidade de ações intersetoriais na promoção, prevenção e tratamento de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico.

Nessa direção, Squassoni, Matsukura e Panúncio-Pinto (2016) escreveram o artigo intitulado “Versão Brasileira do Social Support Appraisals: estudos de confiabilidade e validade”. O artigo é uma análise da adaptação brasileira do Social Support Appraisal, tendo como finalidade verificar a confiabilidade e a validade do instrumento, direcionando a avaliação para a relação do apoio social com o desenvolvimento humano, a saúde e a qualidade de vida de crianças e adolescentes. O instrumento possibilita que os profissionais identifiquem a percepção da população infanto-juvenil sobre o apoio social que recebem da família, dos amigos, dos professores e de outras pessoas da comunidade, o que auxilia o profissional na intervenção e no fortalecimento das redes de apoio.

O artigo fundamenta a pesquisa sobre o apoio social como elemento para a identificação do desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes, contribuindo teoricamente para a área da saúde e aproximando outras áreas do conhecimento. Os autores

evidenciam o isolamento e o rompimento de vínculos sociais como complemento para a fragilidade de condições de saúde, influenciando na qualidade de vida dos indivíduos.

Estudos na literatura relacionam positivamente o apoio social à qualidade de vida na infância e na juventude. Indicam o suporte das amígdalas como elemento de proteção para o baixo desempenho escolar de adolescentes vítimas de *bullying*, a influência benéfica do apoio social para a saúde mental e o desempenho acadêmico, os relacionamentos estruturados entre mães e filhos como condicionante para prevenção do uso de álcool e outras drogas, bem como a associação entre apoio social e autoestima, sendo o insuficiente apoio social associado a problemas comportamentais e emocionais em crianças.

De acordo com Ruzzi-Pereira et al.(2016), o uso de álcool e outras drogas é um fenômeno de diversas origens e uma preocupante questão de saúde pública. O uso de substâncias psicoativas na adolescência pode desencadear, nos indivíduos, dificuldades no desenvolvimento de atividades em diferentes aspectos.

O artigo “Problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas entre alunos de uma Escola Municipal de Uberaba – um estudo piloto” apresenta uma avaliação dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas no âmbito de uma instituição pública de ensino do nível fundamental. Participaram da pesquisa estudantes do 6º ao 9º ano, com idade entre 10 a 15 anos, em que os autores identificaram como fatores de risco: a relação familiar, o transtorno psiquiátrico associado ao gênero, interação escolar e as atividades de lazer e recreação, sendo esta última identificada como fator de maior risco para o uso de álcool e outras drogas nessa fase da vida.

A pesquisa identifica que as relações familiares conflituosas são fatores de risco para o uso de álcool e outras drogas, reconhecendo a família como responsável pelos princípios e condutas dos indivíduos. Relaciona o uso de álcool e outras drogas aos transtornos psiquiátricos, apontando aos meninos o predomínio do transtorno de conduta, enquanto meninas sofrem mais danos em relação à sociabilidade, pois propendem ao distanciamento dos vínculos sociais. O artigo apresenta estudos que indicam que o uso de substâncias psicoativas inicia na transição da infância para adolescência, em cuja fase da vida acontecem mudanças físicas e psicológicas em que o adolescente vivencia a transformação social e cultural. O estudo entende que o uso de drogas na adolescência está relacionado à descoberta pessoal desse momento, à busca por aceitação social, à fuga das adversidades, ao desejo de experimentar diferentes emoções e ao aumento da satisfação.

Identifica também as atividades de lazer como o fator de maior risco associado ao uso de álcool e outras drogas, caracterizando essas atividades como identidades culturais e

essenciais para o bem-estar dos sujeitos. Aborda, ainda, a ausência de incentivo e baixo desempenho escolar como fatores de propensão ao uso de drogas no contexto escolar.

De outro modo, reconhece que instituições de ensino que incentivam a participação social dos alunos, dos familiares e da comunidade contribuem para prevenção ao uso do álcool e outras drogas, assim como ações intersetoriais de educação em saúde e na elaboração de políticas desenvolvidas em conjunto com a comunidade escolar.

No artigo “Avaliação do comportamento motor de crianças entre zero a 12 meses incompletos em região periférica na cidade de Santos”, Navajas e Blascovi-Assis (2016) indicam que o desenvolvimento humano motor pode ser avaliado com base na relação com o ambiente – condições biológicas – e no desenvolvimento neuropsicomotor infantil. Pontuam que o atraso no desenvolvimento motor de crianças requer atenção e condutas voltadas para a diminuição do comprometimento e prevenção que se estenda para outras fases da vida.

O estudo apresenta que os autores consideram as repercussões da sociedade, do ambiente e da família em associação ao desenvolvimento humano. Identificam condições socioeconômicas, situações de vulnerabilidade, baixo nível de escolaridade dos pais como fatores de risco ao desenvolvimento infantil. Com base na relação da criança consigo mesma, com a família – evidenciando a relação materna –, com o ambiente da casa, educacional e comunitário, esse processo é enfatizado como um recurso de desenvolvimento da criança. Atrasos motores associados a aspectos psicológicos e sociais prejudicam o processo de socialização e desempenho escolar.

Navajas e Blascovi-Assis (2016) afirmam a primordialidade da atenção interdisciplinar em ações de saúde e intervenções terapêuticas, implicando a família, a comunidade e os trabalhadores da saúde e educação na prevenção e no cuidado à saúde infantil. Apontam que pesquisas voltadas aos riscos do desenvolvimento infantil precisam ser pensadas junto à composição de políticas públicas, de modo a diminuir esses fatores.

A luz dos estudos de Bourdieu, notamos que essa categoria desperta interesse e atenção dos terapeutas ocupacionais, principalmente daqueles comprometidos com as questões da infância e juventude. Bourdieu (1978) reconhece a família como uma instituição transmissora de cultura, responsável pelas competências culturais e o estilo de vida de cada indivíduo. Indicando que a maneira de estabelecer relações com as práticas de cultura é determinada pelos percursos sociais dos sujeitos.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, AÇÕES INTERSETORIAIS E CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA NO CAMPO DA SAÚDE

Essa categoria pretende discutir as questões apresentadas nas publicações em interface com o campo da saúde. O artigo “Experiências liminares diante da imagem: breves considerações para a Terapia Ocupacional” apresenta recursos utilizados pela Terapia Ocupacional através da arte, direcionados à expressão da vida e ao cotidiano do indivíduo. A atuação é focalizada na garantia de acesso cultural e na participação social como mecanismo de enfrentamento da segregação e resignação da subjetividade dos sujeitos. Nesse processo, os autores consideram os modos de pensar transdisciplinares organizados em ações socioeducativas e inclusivas, projetos de orientação comunitária e qualidade de vida.

As autoras, Siegmann e Fonseca (2016), especificam que o trabalho dos terapeutas ocupacionais com pessoas em situação de vulnerabilidade social é voltado às relações de poder vivenciadas no cotidiano, expressas em intervenções que tendem ao empoderamento e à transformação social dessa população. Consideram, nesse processo, os modos de pensar transdisciplinares organizados em ações socioeducativas e inclusivas, projetos de orientação comunitária e qualidade de vida.

No artigo “Diagnóstico situacional de pessoas com deficiência acompanhadas em terapia ocupacional em uma unidade básica de saúde”, os autores abordam a atenção à saúde como direito das pessoas com deficiência, evidenciando a garantia do acesso à atenção primária, assim como toda a rede assistencial do Sistema Único de Saúde. O artigo explana o diagnóstico situacional de pessoas com deficiência identificadas por uma Unidade Básica, a fim de reconhecer informações contextualizadas com as necessidades dos indivíduos em determinado contexto territorial. Identificam-se a precisão de mecanismos de promoção de acesso e ações interdisciplinares nos serviços territoriais e comunitários de saúde como meio de enfrentamento aos fatores de risco e o incentivo às formas de proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência e sua família.

O estudo compreende aspectos relacionados ao ciclo de vulnerabilidade associado à deficiência, incluindo componentes sociais, econômicos, de gênero, saúde e violência. Considera que as pessoas com deficiência em interação com múltiplas barreiras podem ser impedidas de participar de forma efetiva e igual com pessoas que não apresentam deficiência. O artigo também apresenta dados de pesquisa realizada pelos profissionais de Terapia

Ocupacional e pela equipe de Estratégia da Saúde da Família com adultos com algum tipo de deficiência, onde 47,6% dos entrevistados afirmaram ter presenciado ou ser exposto a alguma situação de violência.

Os autores apontam, ainda, que a violência é maior quando há uma combinação entre fatores de risco, fatores de proteção e os de vulnerabilidades relacionadas à deficiência, muitas vezes tornando a assistência e os recursos de saúde inacessíveis às pessoas com quadros graves, com rede familiar fragilizada, com faixa etária mais elevada e em situação econômica menos favorecida.

O artigo: *“Adolescentes no CAPSi: relações sociais e contextos de inserção”* apresenta uma análise sobre o contexto de inserção e as relações sociais cotidianas de adolescentes usuários de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil. O artigo fundamenta a importância da atenção ao desenvolvimento de adolescentes em sofrimento psíquico, assim como a singularidade e as potencialidades desses sujeitos caracterizando o CAPSi como mecanismo de cuidado à saúde mental e regido por políticas públicas, identificando a necessidade de ampliar as práticas voltadas à inclusão social para além do cenário do serviço de saúde.

Os autores, Fernandes e Matsukura (2015) autores desse artigo, apontam que o estudo demonstra que a escola não compreende satisfatoriamente demandas relacionadas a crianças e adolescentes com transtornos mentais. É possível identificar nos relatos dos entrevistados manifestações de agressividade e desestabilidade emocional quando esses se encontram no ambiente escolar, motivos os quais levam a desvinculação escolar. Ressaltam a importância no enfoque de ações intersetoriais em instituições escolares que desenvolvam estratégias educacionais e sociais possibilitando experiências significativas e a aprendizagem escolar adequada. Do mesmo modo, abordam a necessidade da concretização de políticas públicas com o propósito de garantir a frequência escolar, laços sociais, promovendo assim perspectivas e qualidade de vida desses sujeitos.

Contanto, o artigo apresenta também resultados relacionados com a estrutura familiar associada a conflitos e violência, a desintegração familiar, sendo esses considerados fatores de risco que provoca sofrimento psíquico em adolescentes. Ações de inclusão social realizadas pelos serviços de saúde foram identificadas como dispositivos que facilitam os vínculos sociais e a inserção dos usuários na comunidade e em diferentes cenários.

No artigo *“Motivações e expectativas na busca de tratamento para o uso abusivo e dependência de crack, álcool e outras drogas”*, os autores abordam a complexidade do uso abusivo de álcool e outras drogas como decorrente da combinação de fatores de ordem social,

cultural e econômica. Assim, é necessária uma atenção integrada e interdisciplinar na rede de atenção à saúde de usuários de crack, álcool e outras drogas. A representação social, a opressão e a criminalização do uso de drogas contribuem negativamente com as vivências cotidianas dos usuários, os quais são estigmatizados e socialmente excluídos, privados de seus direitos, expostos a situações de vulnerabilidade e violência no contexto que estão inseridos.

Destacou-se, no artigo, a relação singular com a família como fator primordial em aspectos emocionais e motivacionais, apontando que o uso de álcool e outras drogas poder resultar no rompimento ou na fragilidade do vínculo familiar e social. Ainda, verificou-se que o suporte familiar pode ser o elemento fundamental na busca e no comprometimento dos usuários com o tratamento.

Os autores identificam que serviços de saúde que proporcionam acolhimento adequado e cuidado humanizado, assim como estratégias que visem à singularidade e às necessidades do sujeito, fortalecem a adesão e a responsabilização com o tratamento. Identificam também que as interações entre usuários em grupos terapêuticos possibilitam a reflexão e o reconhecimento de questões veladas sobre si mesmo.

O artigo “Rede de cuidado a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico: ações de promoção à saúde” apresenta a pobreza e a dificuldade de acesso à escola, bem como a desordem familiar, como aspectos agravantes à realidade de crianças e adolescentes com sofrimento psíquico. Identifica que as relações familiares conflituosas e condições de vida precárias afetam o desenvolvimento infantil, prejudicando o desempenho escolar e comportamental dessas pessoas. Apresenta fatores sociais como prioridade na reabilitação psicossocial.

Descreve também a atuação territorial da terapia ocupacional inserida em uma equipe de Estratégia da Saúde da Família, a qual tem por objetivo promover autonomia, saúde mental e a participação social de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico. A equipe age intervindo na comunidade através do desenvolvimento de atividades que compreendem os contextos e as relações dos indivíduos. Ainda, abrange a rede de cuidados como uma ação intersetorial, a fim de estabelecer relações interpessoais como redes de amparo social, auxiliando efetivamente na rede relacionale no suporte familiar dos indivíduos envolvidos.

Contanto, a temática da violência nas publicações da categoria profissional inseridas no campo da saúde tende majoritariamente a centralizar as discussões no âmbito da atuação do terapeuta ocupacional na Atenção Primária em Saúde. Nessa perspectiva, partilhamos da concepção que considera importante a intervenção desse profissional frente às demandas das pessoas com deficiência e das pessoas com sofrimento psíquico não tradicionalmente

acolhidas nesse âmbito de assistência a saúde.

Em nossa proposta, o terapeuta ocupacional pode ser o mediador na inclusão de demandas dessas populações junto às equipes de saúde da família e auxiliar no estabelecimento de redes sociais de suporte junto ao território, articulando ações que promovam o acesso dessas pessoas de maneira mais igualitária e problematizando questões que também se inserem na temática da violência e/ou violência simbólica com essas pessoas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência simbólica é um fenômeno histórico e atual, assim como o fenômeno *bullying*, também manifesto na forma de violência desigual de poder, constituída a partir das relações sociais e incorporações culturais baseadas em uma construção cultural e simbólica, impossibilitando quem não pertence a determinados grupos de ascender socialmente. Sendo assim, percebe-se que a violência, que é um grave problema social, quando manifesta na forma de *bullying* transcende as características institucionais, interligando fatores internos e externos envolvidos na desordem social e cultural dos indivíduos.

Em nosso estudo, notamos que os terapeutas ocupacionais constataram que representações de poder e gênero são reconhecidos no cotidiano de crianças e adolescentes, indicando que, além da violência física, os adolescentes são a parcela da população que mais sofre com outra forma de violência, caracterizada pela privação de acesso aos seus direitos. Pesquisadores terapeutas ocupacionais do campo da infância buscaram reconhecer aspectos e consequências da violência na saúde mental infanto-juvenil e identificam a violência física associada à violência psicológica como a forma mais mencionada. Consequentemente, foi possível compreender os altos índices de comportamento depressivo, ansiedade e condutas antissociais como resultante da violência vivenciada por crianças e adolescentes. Tais pesquisas também indicaram a violência contra a criança e o adolescente como um problema de saúde pública, além de identificarem o espaço escolar como meio favorável para o reconhecimento, enfrentamento e prevenção das situações de violência.

Segundo outros estudos que encontramos, o uso de substâncias psicoativas tem início na transição da infância para a adolescência, quando acontecem mudanças físicas e psicológicas em que o adolescente vivencia a transformação social e cultural. Os autores relacionam o uso de álcool e outras drogas aos transtornos psiquiátricos, apontando aos meninos o predomínio do transtorno de conduta, enquanto meninas sofrem mais danos em relação à sociabilidade, pois propendem ao distanciamento dos vínculos sociais. A violência, portanto, pode estar em casa, na rua, na escola, comprometendo o desenvolvimento, a qualidade de vida, as relações familiares e sociais e contribuindo para desigualdade e exclusão social de criança e adolescentes.

No entanto, nossa pesquisa encontrou, que as publicações dos terapeutas ocupacionais apontam que, a depender do contexto, a instituição escolar e os educadores podem assumir

papéis de “agentes de violência”. Constatando que a relação hierárquica envolvendo alunos, professores e diretoria, denotam situações de violência através do autoritarismo e do abuso de poder no ambiente escolar. Em práticas de *bullying*, compreende-se que o adolescente utiliza da violência como afirmação de condições de poder e meio de existência social no ambiente institucional.

A vulnerabilidade social é apresentada pelas publicações como elemento relacionado à criminalidade juvenil. Os autores apontam condições estruturais como fatores de risco para o envolvimento de jovens com a criminalidade, tais como: morar em comunidades carentes, e a baixa escolaridade e renda financeira associadas à vulnerabilidade social. Nessa direção, as pesquisas apontam que a disseminação do caráter simbólico da violência e as desigualdades reproduzidas pela escola, onde jovens envolvidos em atos infracionais são discriminados, bem como a imposição de valores culturais e econômicos entre alunos, pode resultar no insucesso escolar desses jovens.

De acordo com as publicações analisadas, a vulnerabilidade e os riscos sociais podem se esconder (ou não) nos contextos de violência intrafamiliar e na busca por renda e trabalho, resultando em atividades lícitas e ilícitas no contexto da rua e na privação dos direitos dos adolescentes como motivação ou justificativa para vivenciar situação de rua. Além de identificar a vulnerabilidade nas redes de apoio e de proteção familiar e social, a exposição a distintos contextos de violência, a privação de recursos materiais e assistenciais, a carência de lazer e educação, o uso de drogas e a necessidade de busca por trabalho, são tidas como condições cotidianas para que adolescentes se encontrem em situação de rua.

Constata-se, assim, que, para os terapeutas ocupacionais, tal como em outras referências da saúde coletiva, a violência nos seus diferentes contextos é um grave problema de saúde pública, de caráter político e social. Por conseguinte, verificou-se também que as políticas públicas, a participação social e as ações intersetoriais são potentes ferramentas na prevenção e no combate à violência. Assim, ações de inclusão social realizadas pelos serviços de saúde foram identificadas pelos terapeutas ocupacionais como dispositivos que facilitam os vínculos sociais e a inserção dos usuários dos serviços de saúde mental na comunidade e em diferentes cenários.

As publicações ainda apontam que a violência é maior quando há uma combinação entre fatores de risco e os de vulnerabilidades relacionadas à deficiência. Perante dados de pesquisa realizada por profissionais de Terapia Ocupacional e por equipe de Estratégia da Saúde da Família com adultos com algum tipo de deficiência, o estudo aponta que 47,6% dos entrevistados afirmaram ter presenciado ou ser exposto a alguma situação de

violência. Identificando a precisão de mecanismos de promoção de acesso e ações interdisciplinares nos serviços territoriais e comunitários de saúde como meio de enfrentamento aos fatores de risco e o incentivo das formas de proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência e sua família.

Considera-se a Terapia Ocupacional como um campo de conhecimento e de intervenção em saúde, educação e campo social. No campo da saúde, as publicações descrevem que uma potente inserção do terapeuta ocupacional atuante na temática da violência seria através da atuação territorial da profissão inserida em serviços de saúde na Atenção Primária em Saúde. Esse profissional buscaria, com seu escopo profissional, promover autonomia, qualidade de vida e participação social, compreendendo os contextos e as relações dos indivíduos. Através de ações intersetoriais, pode, ainda, auxiliar efetivamente na rede relacional e no suporte familiar dos usuários adscritos no território.

A atuação da Terapia Ocupacional no campo da educação foi caracterizada nas publicações por intervenções no contexto escolar e social direcionadas ao indivíduo e ao coletivo, à família e à comunidade, visando reconhecer as relações que se estabelecem no cotidiano escolar e a interação entre os diferentes grupos. Terapeutas ocupacionais se utilizam de atividades e recursos terapêuticos em suas práticas na identificação e no enfrentamento da violência manifestada em diferentes contextos junto ao público infanto-juvenil e à comunidade escolar envolvida. Considerando, assim, que ações voltadas para os paradigmas sociais relacionados à diversidade de gênero, etnia, condições físicas, mentais e econômicas podem ser enfatizadas no espaço educacional.

No campo social, as pesquisas especificam que o trabalho dos terapeutas ocupacionais com pessoas em situação de vulnerabilidade social é voltado às relações de poder vivenciadas no cotidiano, expressas em intervenções que tendem ao empoderamento e à transformação social dessa população. Enfatiza-se o terapeuta ocupacional como profissional capacitado para atuar em situações relacionadas à violência, como no enfrentamento ao *bullying*, dado que as ações da profissão no campo social são voltadas aos direitos sociais a fim de promover conscientização e participação social dos sujeitos expostos à vulnerabilidade social.

Contanto, espera-se que os dados dessa pesquisa possam contribuir e dialogar com as publicações sobre a temática da violência, uma vez que encontramos que, para os terapeutas ocupacionais, a temática é transversal aos campos de atuação da profissão, uma vez que se constitui na atualidade como algo inerente ao cotidiano e vida das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M., et. al. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002.

ALVES, H. C. **Utilização de contos de fadas e atividades simbólicas na compreensão de crianças vítimas de violência**. São Carlos: UFSCar, 2007.

AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION, A. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo - 3ª ed. traduzida. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. esp, p. 1-49, 24 abr. 2015.

AQUINO, J. G. **Do cotidiano escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos**. São Paulo: Summus, 2000.

ARAÚJO, L. S. **Hermenêutica gestáltica do abuso sexual para uma adolescente**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

ARENDT, H. Crise na Educação. In: ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo, perspectivas, 1979.

BARATA, M.; NÓBREGA, K.; JESUS, K.; LIMA, M. L.; FACUNDES, V. L. Rede de cuidado a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico: ações de promoção à saúde. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2, p. 225-233, 4 set. 2015.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [s.l.], v. 31, n. , p.97-126, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>.

BEZERRA, W.; SILVA, B.; RIBEIRO, M. Entre a casa e a rua: a percepção de adolescentes em situação de rua sobre o seu cotidiano. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 1, p. 100-109, 8 jun. 2017.

BONTEMPO, K. S.; PEREIRA, A. R. Saúde mental de crianças e adolescentes vítimas de violência: uma revisão crítica da literatura. **Revista de Terapia Ocupacional da**

Universidade de São Paulo, v. 23, n. 2, p. 130-136, maio/ago. 2012.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], n. 96, p.105-115, jul. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002013000200008>.

BOURDIEU, P. O campo científico.In:ORTIZ, R. **Coleção: Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, P. **Poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 1989.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Lisboa: Ed. Lisboa, [s.d].

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CARRASCO-BASSI, B.G. de. Terapia Ocupacional na Atenção Básica em Saúde no Município de São Carlos: Um enfoque nas pessoas com deficiência e nas pessoas com sofrimento psíquico. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, 2012, p.134.

CID, M. F.; SANTOS, G.; SQUASSONI, C. Cotidiano e práticas educativas parentais: a percepção das famílias de crianças em sofrimento psíquico. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 2, p. 190-197, 25 out. 2017.

CÔRTEZ, C.; GONTIJO, D.; ALVES, H. Ações da Terapia Ocupacional para a prevenção da violência com adolescentes: relato de pesquisa. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 22, n. 3, p. 208-215, 1 dez. 2011.

CREFITO – 3. Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região. Jurisdição: R. Cincinato Braga, 277 – Bela Vista – São Paulo – SP.

DALDON, M. T. B.; LANCMAN, S. Terapia ocupacional na vigilância em saúde do trabalhador. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 23, n. 3, p. 216-22, set./dez. 2012.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas: Verus, 2005.

FERNANDES, A.; MATSUKURA, T. Adolescentes no CAPSi: relações sociais e contextos de inserção. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2, p. 216-224, 4 set. 2015.

GALLASSI, A. D.; SANTOS, V. A necessária e urgente mudança na abordagem das pessoas em sofrimento pelo uso de drogas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, [s.l.], v. 22, n. , p.1-4, 2014. Editora CuboMultimidia. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.024>.

GOMES, R.; RIBEIRO, M.; MATIAS, E.; BRÊDA, M.; MÂNGIA, E. Motivações e expectativas na busca de tratamento para o uso abusivo e dependência de crack, álcool e outras drogas. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 326-335, 26 dez. 2015.

GONÇALVES, M. V. Eu nem sabia que podia entrar aqui: promoção de cidadania cultural como experiência de ressignificação de identidade de jovens em conflito com a lei. **Cadernos de Terapia Ocupacional da Ufscar**, [s.l.], v. 24, n. 1, p.127-137, 2016. Editora CuboMultimidia. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctore0664>.

JURDI, A.; TEIXEIRA, P.; SANTOS CARDOSO DE SÁ, C. Vulnerabilidade sócio ambiental e o cuidado na primeira infância: o olhar da terapia ocupacional para o trabalho em creche. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 3, p. 281-289, 26 fev. 2018.

LEANDRO, V.A.; PEREIRA, A.M.S. Intervenção em terapia ocupacional em casas-lares com crianças pré-escolares vítimas de violência doméstica: relato de experiência. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, Jan-Jun 2009, v. 17, n.1, p. 53-62.

LOPES NETO, A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, [s.l.], v. 81, n. 5, p.164-172, nov. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0021-75572005000700006>.

LUZ, L. H.; GICO, V. V. Violência obstétrica: ativismo nas redes sociais. **Cadernos de Terapia Ocupacional da Ufscar**, [s.l.], v. 23, n. 3, p.475-484, 2015. Editora CuboMultimidia. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoao0622>.

MACEDO, M. D. C., et al. Olhares em formação: refletindo a prática da terapia ocupacional em um contexto cultural a partir de experiências com povos indígenas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, [s.l.], v. 24, n. 1, p.77-89, 2016. Editora CuboMultimidia. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoao0665>.

MARCHIORI, P.; FERRAZ, L. Gestante agricultora: agravos e riscos ocupacionais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 2, p. 190-198, 17 ago. 2016.

MENDES, K. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M.. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s.l.], v. 17, n. 4, p.758-764, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-07072008000400018>.

MONTEIRO, R.; GONTIJO, D.; FACUNDES, V.; VASCONCELOS, A. “Pensando como um menino é mais fácil”: construções sobre as relações de gênero no discurso de meninas adolescentes. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2, p. 207-215, 4 set. 2015.

NAVAJAS, A.; BLASCOVI-ASSIS, S. Avaliação do comportamento motor de crianças entre zero a 12 meses incompletos em região periférica na cidade de Santos. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 3, p. 246-253, 30 dez. 2016.

PEREIRA, T. C.; REIS, J.; COSTA, L. Autor e vítima: a vulnerabilidade social de jovens que cometeram atos infracionais em Belo Horizonte. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2, p. 258-266, 4 set. 2015.

REBELO, J.; LANCMAN, S.; BATISTA, M. Perspectivas sobre as estruturas não governamentais e a ação comunitária no apoio ao luto sadio em Portugal e o “Modelo Vivencial do Luto Sadio”. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 1, p. 1-8, 8 jun. 2017.

RIZZO DOS SANTOS, A.; DE LA LIBRA, S. Terapia ocupacional e consultoria colaborativa: uma revisão narrativa da literatura. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 1, p. 94-99, 1 jul. 2016.

ROCHA, E. F.; PAIVA, L. F. A.; OLIVEIRA, R. H. Terapia ocupacional na Atenção Primária à Saúde: atribuições, ações e tecnologias. **Cadernos de Terapia Ocupacional da Ufscar**, [s.l.], v. 20, n. 3, p.351-361, 2012. Editora CuboMultimidia. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.035>.

RODRIGUES, S. M.; AOKI, M.; OLIVER, F. C. Diagnóstico situacional de pessoas com deficiência acompanhadas em Terapia Ocupacional em uma Unidade Básica de Saúde. **Cadernos de Terapia Ocupacional da Ufscar**, [s.l.], v. 23, n. 4, p.781-794, 2015. Editora CuboMultimidia. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoao0713>.

RUZZI-PEREIRA, A.; CASTRO, R.; SANTOS, J. Problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas entre alunos de uma Escola Municipal de Uberaba – um estudo piloto. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 3, p. 263-270, 30 dez. 2016.

SANTOS, J. V. T. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da. **São Paulo em Perspectiva**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.3-12, mar. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392004000100002>.

SIEGMANN, C.; FONSECA, T. M. Experiências liminares diante da imagem: breves considerações para a Terapia Ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 3, p. 305-312, 30 dez. 2016.

SILVA, A., et al. Avaliação neuropsicomotora e classificação funcional em escolares de 10 a 12 anos da rede pública. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 1, p. 52-62, 1 jul. 2016.

SILVA, C. R. **Políticas públicas, educação , juventude e violência da escola: quais as dinâmicas entre os diversos autores envolvidos?**. São Carlos: UFSCar, 2007.

SILVA, J. T. **Elaboração, implementação e avaliação de um programa de atividades de construção de bonecos para crianças vítimas de violência com dificuldade de aprendizagem**. São Carlos: UFSCar, 2006.

SQUASSONI, C.; SIMÕES MATSUKURA, T.; PANÚNCIO-PINTO, M. P. Versão brasileira do Social Support Appraisals: estudos de confiabilidade e validade. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 1, p. 1-11, 1 jul. 2016.

VASCONCELOS, M. D. Pierre Bourdieu: A herança sociológica. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 23, n. 78, p.77-87, abr. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302002000200006>.

WORLD FEDERATION OF OCCUPACIONAL THERAPY; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERAPIA OCUPACIONAL; CENTRO DE ESTUDOS DE TERAPIA OCUPACIONAL – CETO. **Definições de Terapia Ocupacional**. Lins: Faculdades Salesianas de Lins, 2003.

ANEXOS

ANEXO A – QUADRO 1 – TERMO DE BUSCA: VIOLÊNCIA / 10 TÍTULOS

NOME DO ARTIGO	AUTOR	METODOLOGIA	RESUMO DO ARTIGO	QUAL A RELAÇÃO DO ARTIGO COM A PESQUISA?
Políticas Públicas, Educação, Juventude e Violência da Escola: Quais as dinâmicas entre os diversos atores envolvidos?	Carla Regina Silva	Teses e Dissertações	SemAnálise	
Utilização de contos de fadas e atividades simbólicas na compreensão de crianças vítimas de violência	Heliana Castro Alves	Teses e Dissertações	SemAnálise	
Intervenção em terapia ocupacional em casas-lares com crianças pré-escolares vítimas de violência doméstica: relato de experiência	Vivian Aparecida Leandro, Ana Maria Silvello Pereira	Relato de Experiência	Destaca as temáticas sobre o desenvolvimento infantil e a violência doméstica através de um relato de experiência com crianças abrigadas em casas lares. Apresenta a intervenção do terapeuta ocupacional sendo de grande importância no cotidiano dessas instituições, promovendo as crianças vítimas de violência doméstica mudanças no comportamento e nas relações com outras crianças. Utiliza-se o brincar como recurso terapêutico e como maneira para proporcionar	Conforme a autora descreve, crianças vítimas de violência tornam-se suscetíveis a problemas de desenvolvimento cognitivo, social e emocional, podendo reproduzir comportamentos agressivos nos quais vivenciam na relação familiar, influenciando na construção da sua identidade psicossocial e dificultando o processo de socialização individual e coletivo. Pesquisas mostram que crianças e adolescentes vítimas de violência, também

			<p>autonomia do indivíduo, possibilitando a qualidade do desenvolvimento infantil de acordo com a cultura e o contexto onde à criança está inserida.</p>	<p>podem reproduzir comportamentos agressivos, entre eles como autores nas práticas de <i>bullying</i>.</p>
<p>Violência obstétrica: ativismo nas redes sociais</p>	<p>Lia Hecker Luz, Vânia de Vasconcelos Gico</p>	<p>Artigo Original</p>	<p>Contextualiza-se a coexistência do parto normal na sociedade mundial e na realidade brasileira, problematizando os paradigmas de cuidado em saúde influentes na assistência obstétrica; nos quais na sua maioria atendem a conveniência dos profissionais de saúde, através da incorporação de grande número de intervenções e com a institucionalização do parto. Apresenta à atuação das ativistas e blogueiras brasileiras contra a naturalização da violência obstétrica, através de movimentos nas redes sociais na defesa e na visibilidade do parto natural e humanizado.</p>	<p>O artigo apresenta a perspectiva de parto normal influenciando por questões sociais, culturais, políticas e econômicas. Aponta que muitas mulheres consideram normais práticas de violência e desrespeito a sua autonomia, integridade física e mental dentro das instituições durante a assistência obstétrica. Práticas e condutas legitimadas e socialmente aceitas na forma de hierarquia e estabelecimento de poder entre profissionais de saúde e mulheres gestantes, assegurada pelas normas institucionais que tornam o corpo feminino como propriedade institucional no processo do parto.</p>
<p>Elaboração, implementação e avaliação de um programa de atividades de construção de bonecos para</p>	<p>Juliana Testa Silva</p>	<p>Teses e Dissertações</p>	<p>SemAnálise</p>	

crianças vítimas de violência com dificuldade de aprendizagem				
A necessária e urgente mudança na abordagem das pessoas em sofrimento pelo uso de drogas	Andrea Donatti Gallassi, Vagner dos Santos	Editorial	SemAnálise	
	Michelle Selma Hahn, Ana Paula SerrataMalfitano, Iracema Serrat V. Ferrigno	Editorial	SemAnálise	
Hermenêutica gestáltica do abuso sexual para uma adolescente	Lucivaldo da Silva Araújo	Teses e Dissertações	SemAnálise	
“Eu nem sabia que podia entrar aqui”: promoção de cidadania cultural como experiência de ressignificação de identidade de jovens em conflito com a lei	Monica VillaçaGonçalves	Relato de Experiência	Baseado em um relato de experiência sobre as práticas da terapia ocupacional relacionadas à arte e a cultura com adolescentes infratores em uma unidade socioeducativa, a fim de promover cidadania cultural e protagonismo juvenil. Relacionando a importância desta atuação, através de trabalhos voltados para o resgate da autonomia e construção da subjetividade, assim como a transição para a liberdade, através de atividades culturais interligadas ao cotidiano do adolescente no seu território.	O artigo aponta que além da violência física, os adolescentes são a parcela da população que mais sofre com outra forma de violência, caracterizada pela privação de acesso aos seus direitos. Indica-se também dados baseados em características sociais, prevalecendo os pobres, moradores da periferia e já vítimas de violências de diferentes contextos, como a parcela de adolescentes mais responsabilizados pelos atos cometidos. Acrescenta-se também ao perfil, adolescentes negros, que vivem em famílias extremamente pobres, não

				<p>frequentam a escola e nem trabalham; vítimas da exclusão social.</p> <p>Apresenta pesquisas em que expõem interesses políticos e econômicos sobrepondo o controle da criminalidade, dificultando aos jovens infratores o acesso às políticas públicas e a garantia dos seus direitos, resultando em maiores níveis de exclusão e desigualdade social.</p>
<p>Diagnóstico situacional de pessoas com deficiência acompanhadas em terapia ocupacional em uma unidade básica de saúde</p>	<p>Sabrina de Mello Rodrigues, Marta Aoki, Fátima Corrêa Oliver</p>	<p>Artigo Original</p>	<p>Aborda a atenção à saúde como direito das pessoas com deficiência, evidenciando a garantia do acesso à atenção primária, assim como toda a rede assistencial do Sistema Único de Saúde. O artigo explana o diagnóstico situacional de pessoas com deficiência identificadas por uma Unidade Básica, a fim de reconhecer informações contextualizadas com o perfil de necessidades dos indivíduos em determinado contexto territorial. Identifica-se a precisão de mecanismos de promoção de acesso e ações interdisciplinares nos serviços territoriais e comunitários de saúde como meio</p>	<p>O estudo compreende aspectos relacionados ao ciclo de vulnerabilidade associado à deficiência, incluindo componentes sociais, econômicos, de gênero, saúde e violência. Considera que pessoas com deficiência em interação com múltiplas barreiras podem ser impedidas de participar de forma efetiva e igual com pessoas nas quais não apresentam deficiência. Apresenta dados de pesquisa realizada onde 47,6% dos entrevistados afirmaram ter presenciado ou ser exposto a alguma situação de violência.</p>

			de enfrentamento aos fatores de risco e o incentivo das formas de proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência e sua família.	Comprova que a violência é maior quando há uma combinação entre fatores de risco, fatores de proteção, e os de vulnerabilidades relacionadas à deficiência. Muitas vezes tornando a assistência e recursos de saúde inacessíveis às pessoas com quadros graves, rede familiar fragilizada, faixa etária mais elevada e situação econômica menos favorecida
--	--	--	---	--

Fonte: Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 2018. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br>>.

ANEXO B–QUADRO 2 – TERMO DE BUSCA: BULLYING / 5 TÍTULOS

NOME DO ARTIGO	AUTOR	METODOLOGIA	RESUMO DO ARTIGO	QUAL A RELAÇÃO DO ARTIGO COM A PESQUISA?
Ações da Terapia Ocupacional para a prevenção da violência com adolescentes: relato de pesquisa	Carolina Côrtes, Daniela Tavares Gontijo, Heliana Castro Alves	Relato de Pesquisa	Trata-se de um estudo acerca da Violência. Retratando a violência escolar cometida através do fenômeno <i>bullying</i> , onde identifica fatores que revelam a escola como colaboradora no processo de inclusão, assim como de exclusão social. Considera imprescindível o aumento de estudos objetivando estratégias de prevenção da violência, e a necessidade da intervenção de profissionais de	O artigo apresenta a violência configurada pela organização social como aspecto representativo e problemático, marcada pela diversidade cultural e social. Enfatiza o terapeuta ocupacional como profissional capacitado para atuar em situações relacionadas à violência, como no enfrentamento ao <i>bullying</i> ; dado que as ações da Terapia Ocupacional são voltadas aos direitos sociais, a

			<p>diferentes áreas de atuação. Apresenta ações da Terapia Ocupacional através das atividades e recursos terapêuticos de modo a relatar a efetividade da intervenção do terapeuta ocupacional, na identificação e no enfrentamento da violência manifestada em diferentes contextos junto aos jovens e a comunidade escolar envolvida.</p>	<p>fim de promover conscientização e participação social dos sujeitos expostos a vulnerabilidade social.</p> <p>O estudo aponta instituição escolar e educadores como possíveis agentes de violência.</p> <p>Através da observação das autoras constata-se que a relação hierárquica envolvendo alunos, professores e diretoria, denotam situações de violência, através do autoritarismo e o abuso de poder no ambiente escolar.</p> <p>Conjuntamente identifica a vivência dos participantes em diferentes contextos de violência, para além do espaço escolar. Sendo reconhecidos na comunidade em que fazem parte, em questões de gênero e nas relações familiares dos jovens.</p> <p>Participantes da pesquisa mencionaram constantemente práticas de <i>bullying</i> no cotidiano escolar. Compreende que o adolescente utiliza da violência como afirmação de condições de poder e meio de existência social no ambiente institucional.</p>
Estrutura da prática da	Associação	Documento oficial	Trata-se de um documento oficial	O processo da terapia ocupacional

<p>Terapia Ocupacional: domínio & processo – 3º ed.</p>	<p>Americana de Terapia Ocupacional (AOTA)</p>	<p>da Associação Americana de Terapia Ocupacional</p>	<p>da Associação Americana de Terapia Ocupacional, o qual foi inicialmente produzido para compreensão e colaboração da profissão na promoção de saúde e na participação de pessoas pelo viés da ocupação. A Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo tem como finalidade fundamentar a prática da terapia ocupacional, através de domínios e processos voltados para contemplar a saúde, o bem-estar e a participação de pessoas, grupos e populações. Profissionais de terapia ocupacional objetivam a participação dos indivíduos em diferentes espaços como no domicílio, na comunidade, na escola, no ambiente de trabalho; por meio da utilização de recursos terapêuticos nas ocupações diárias. Mentores da Estrutura salientam para a formulação do plano de tratamento a partir de elementos relacionados ao ambiente, valores e desejos dos clientes.</p>	<p>refere-se às ações dirigidas aos clientes, através do entendimento clínico dos profissionais, na análise das atividades e ocupações em intervenções terapêuticas para obtenção de resultados. Profissionais de terapia ocupacional auxiliam na interação dos indivíduos com o ambiente físico e social, nos seus respectivos contextos. Compreendendo como fatores dos clientes os valores, crenças e a espiritualidade; as funções corporais, bem como habilidades percepto-motoras e socioemocionais. Avaliando assim a relação desses de maneira individual ou coletiva na participação e no desempenho ocupacional. A Estrutura apresenta a justiça ocupacional a partir da atenção que profissionais de terapia ocupacional destinam para conceitos relativos à ética, a integridade e civilidade, vinculada aos contextos e ambientes na sua totalidade. Não fazendo distinção de faixa etária, gênero, classe social; no direito de inclusão e</p>
---	--	---	--	--

				participação nas ocupações diárias.
Saúde mental de crianças e adolescentes vítimas de violência: uma revisão crítica da literatura	Kafla da Silva Bontempo, Andrea Ruzzi Pereira	Revisão de Literatura	Apresenta uma análise bibliográfica objetivando reconhecer aspectos e consequências da violência na saúde mental de crianças e adolescentes. Estrutura-se através de artigos que compreendem os diferentes tipos de violência e os fatores de risco para vítimas infantojuvenil. Com base na análise de dados, a pesquisa apresenta a violência física associada à violência psicológica como a forma mais mencionada, apontando (compreendendo) consequentemente altos índices de comportamento depressivo, ansiedade e condutas antissociais como resultante da violência vivenciada por crianças e adolescentes.	A pesquisa indica a violência contra a criança e o adolescente como um problema de saúde pública, em razão dos inúmeros aspectos motivadores. Considera-se fatores de risco a idade, o gênero, a classe econômica, a composição e as relações familiares dos indivíduos. Na pesquisa percebe-se a escola como prevalente local de coleta de dados, pois autores identificam o espaço escolar como favorável (meio) para o reconhecimento, enfrentamento e prevenção das situações de violência. Assim como a preferência por adolescentes como público-alvo; visto que na adolescência aspectos associados à saúde mental nessa faixa etária tornam-se evidentes, como a construção da identidade, a busca de valores pessoais e a interação com grupos sociais; conforme apresenta o estudo.
Versão brasileira do Social Support Appraisals: estudos de confiabilidade e validade	Carolina Elisabeth Squassoni, Thelma Simões Matsukura, Maria Paula Panúncio-Pinto	Artigo Original	O artigo é uma análise da adaptação brasileira do Social Support Appraisal com a finalidade de verificar a confiabilidade e a validade do instrumento, direcionando a avaliação para a	Fundamenta a pesquisa sobre o apoio social como elemento para identificação do desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes; contribuindo teoricamente para

			<p>relação do apoio social com o desenvolvimento humano, à saúde e a qualidade de vida de crianças e adolescentes.</p> <p>O instrumento possibilita aos profissionais identificarem a percepção da população infantojuvenil, sobre o apoio social que recebem da família, amigos, professores e outras pessoas da comunidade; consequentemente auxiliando o profissional na intervenção e no fortalecimento das redes de apoio.</p>	<p>a área da saúde e aproximando outras áreas do conhecimento. Apresenta autores que evidenciam o isolamento e rompimento de vínculos sociais como complemento para fragilidade de condições de saúde, influenciando na qualidade de vida dos indivíduos.</p> <p>Estudos relacionam positivamente o apoio social à qualidade de vida na infância e na juventude. Indicam o suporte das amizades como elemento de proteção para o baixo desempenho escolar de adolescentes vítimas de <i>bullying</i>; a influência benéfica do apoio social para a saúde mental e o desempenho acadêmico; os relacionamentos estruturados entre mães e filhos como condicionante para prevenção do uso de álcool e outras drogas; bem como a associação do apoio social e autoestima, e o insuficiente apoio social associado a problemas comportamentais e emocionais em crianças.</p>
<p>Perspectivas sobre as estruturas não governamentais e a ação comunitária no apoio ao luto</p>	<p>José Eduardo Rebelo,</p>	<p>Artigo Original</p>	<p>Contextualiza ações e estruturas desenvolvidas em apoio ao luto em Portugal,</p>	<p>As ações comunitárias no apoio ao luto compreendem diferentes esferas,</p>

<p>sadio em Portugal e o “Modelo Vivencial do Luto Sadio”</p>	<p>Selma Lancman, Marina Picazzio Perez Batista</p>		<p>apresentando o histórico da fundação de instituições formais especializadas, voltadas para estudos e abordagens práticas em diferentes contextos de luto. Aborda estratégias que promovem suporte no enfrentamento ao sofrimento nos aspectos de ordem social e cultural, assim como a atenção qualificada e apoio ao luto sadio no processo de superação da pessoa em luto.</p>	<p>tais como instituições de saúde, escolares, empresariais e órgãos públicos que visam o apoio. A Associação do Apoio à Pessoa em Luto contempla distintamente o apoio ao luto no contexto escolar, reconhecendo que vivenciar o luto pode resultar em abordagens agressivas e inesperadas, como as práticas do <i>bullying</i> ou contrariedade à autoridade simbolizada no professor em sala de aula. Percebe a comunidade escolar despreparada para o acolhimento e o apoio qualificado da criança em luto. Identifica a personalidade, a sociedade opressora em relação às demonstrações de sofrimento e a insuficiente rede de apoio como demandas particulares de pessoas em luto na busca por apoio. Reconhece que o luto é uma questão de saúde pública, bem como fundamental a existência de estruturas de apoio às situações de luto, favorecendo melhores condições de acolhimento e de superação do sofrimento.</p>
---	--	--	---	--

<<https://www.revistas.usp.br>>.

ANEXO C –QUADRO3 – TERMO DE BUSCA: VIOLÊNCIA / 16 TÍTULOS

NOME DO ARTIGO	AUTOR	METODOLOGIA	RESUMO DO ARTIGO	QUAL A RELAÇÃO DO ARTIGO COM A PESQUISA?
Entre a casa e a rua: a percepção de adolescentes em situação de rua sobre o seu cotidiano	Bianca Karine da Silva Waldez Cavalcante Bezerra Mara Cristina Ribeiro	Artigo Original	A análise busca compreender o cotidiano de adolescentes em situação de rua e identificar os fatores os quais determinam a sobrevivência nesse contexto. O percurso social, cultural e espacial experienciado por crianças e adolescentes, também por suas famílias influencia diretamente nessa condição. Por meio de entrevistas	O estudo aborda fatores sociais, culturais e estruturais como determinantes para adolescentes em situação de rua vivenciar esse contexto, assim como a forma na qual compreendem e significam sua condição de vida. A pesquisa identifica a vulnerabilidade nas redes de apoio e de proteção familiar e social, exposição a distintos contextos de violência,

			<p>verificou-se a vulnerabilidade e risco sociais, abordada nos contextos de violência intrafamiliar, a busca por renda e trabalho resultando em atividades lícitas e ilícitas no contexto da rua e a privação dos direitos dos adolescentes como motivação ou justificativa para vivenciar situação de rua.</p>	<p>privação de recursos materiais e assistenciais, carência de lazer e educação, uso de drogas e a necessidade de busca por trabalho; como condições cotidianas para que adolescentes encontre-se em situação de rua. Percebe circunstâncias em que as mudanças sociais e a pobreza, obrigam todos os membros da família viverem em situação de rua. De maneira oposta, adolescentes envolvem-se em contexto de rua buscando distanciamento da miséria e dos conflitos familiares; conseqüentemente sujeitos a marginalização, a exclusão social e seus direitos não garantidos.</p>
<p>Motivações e expectativas na busca de tratamento para o uso abusivo e dependência de crack, álcool e outras drogas</p>	<p>Rebeca Rodrigues Gomes</p> <p>Mara Cristina Ribeiro</p> <p>Ewerton Cardoso Matias</p> <p>Mércia Zeviani Brêda</p> <p>Elisabete Ferreira Mângia</p>	<p>Artigo Original</p>	<p>Refere-se a uma pesquisa desenvolvida com usuários do sexo masculino de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. A partir de entrevistas busca reconhecer as motivações dos usuários para a procura e permanência no serviço de saúde; bem como identificar as perspectivas em relação ao tratamento. Identifica a importância dos serviços de saúde oferecer cuidado humanizado e qualificado, desenvolver estratégias que visem às necessidades específicas dos usuários, e auxiliarem no fortalecimento das relações familiares, sociais e com questões de saúde; através de ações que envolvam a família, promovam a interação com a comunidade, com outros usuários e com serviço. Apresenta o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas como o principal dispositivo de saúde o qual compreende esse propósito.</p>	<p>A pesquisa aborda a complexidade do uso abusivo de álcool e outras drogas como decorrente da combinação de fatores de ordem social, cultural e econômica, exigindo assim, atenção integrada e interdisciplinar na rede de atenção à saúde de usuários de crack, álcool e outras drogas. A representação social, a opressão e a criminalização do uso de drogas contribuem negativamente nas vivências cotidianas dos usuários, sendo esses estigmatizados e excluídos socialmente, privados dos seus direitos, expostos a situações de vulnerabilidade e violência no contexto que estão inseridos. Destacou-se na pesquisa, a relação singular com a família como fator primordial em aspectos emocionais e motivacionais dos entrevistados. Aponta que o uso de álcool e outras drogas pode resultar no rompimento ou na fragilidade do vínculo familiar e social, bem como o suporte familiar sendo elemento fundamental na busca e no comprometimento dos usuários pelo tratamento. O estudo identifica que serviços de saúde os quais</p>

				proporcionam acolhimento adequado e cuidado humanizado, assim como estratégias que visem à singularidade e as necessidades do sujeito, fortalecem a adesão e a responsabilização ao tratamento. Identifica também que as interações entre usuários em grupos terapêuticos possibilitam a reflexão e o reconhecimento de questões veladas sobre si mesmo.
Rede de cuidado a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico: ações de promoção à saúde	Mayara Francelle Oliveira Barata, Keise Bastos Gomes da Nóbrega, Kátia Cilene Silva de Jesus, Maria Luiza Lopes Timóteo de Lima, Vera Lucia Dutra Facundes	Artigo Original	Descreve a atuação territorial da Terapia Ocupacional inserida em uma equipe de Estratégia da Saúde da Família, na qual tem por objetivo promover autonomia, saúde mental e a participação social de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico. Intervindo na comunidade através do desempenho de atividades que compreendem os contextos e as relações dos indivíduos. Abrange a rede de cuidados como uma ação intersetorial, a fim de estabelecer relações interpessoais como redes de amparo social auxiliando efetivamente na rede relacional e no suporte familiar dos indivíduos envolvidos.	O estudo considera a classe econômica e a escolaridade baixa, bem como a desordem familiar como aspectos agravantes à realidade de crianças e adolescentes com sofrimento psíquico. Identifica que as relações familiares conflituosas e condições de vida precárias, afetam o desenvolvimento infantil, prejudicando o desempenho escolar e comportamental dessas pessoas.
Autor e vítima: a vulnerabilidade social de jovens que cometeram atos infracionais em Belo Horizonte	Thamyres Cristina Silva Pereira, Jhonatan Natércio dos Reis, Luciana Assis Costa		O artigo apresenta o perfil socioeconômico de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Centro de Internação a Adolescentes Infratores, em Belo Horizonte, no qual objetivou relacionar o acesso desses indivíduos aos bens e serviços disponíveis nas regiões em que residem. Identifica as condições estruturais, morarem em comunidades carentes, à baixa escolaridade e renda financeira, associadas à vulnerabilidade social, como fatores de risco para o envolvimento de jovens	Apresenta a vulnerabilidade social como elemento relacionado à criminalidade juvenil; através de análise sobre o acesso a recursos sociais e econômicos, particularmente a habitação, educação, saúde, renda e interações sociais no contexto territorial de jovens envolvidos em atos infracionais. O estudo reconhece a presença significativa da evasão escolar no perfil dos adolescentes infratores, apontando como justificativas o desinteresse, o abandono, o conflito com outros alunos e professores, o fracasso escolar

			com a criminalidade.	e a suspensão das aulas. Explica a disseminação do caráter simbólico da violência e as desigualdades reproduzidas pela escola, onde jovens envolvidos em atos infracionais são discriminados; bem como a imposição de valores culturais e econômicos entre alunos pode resultar no insucesso escolar desses jovens.
Vulnerabilidade sócio ambiental e o cuidado na primeira infância: o olhar da terapia ocupacional para o trabalho em creche	Andrea PerosaSaighJurdi, Patrícia Andrade Teixeira, Cristina dos Santos Cardoso de Sá	Artigo Original	Pesquisa voltada para modelos de atenção e intervenção, os quais abrangem o desenvolvimento de crianças em situação de vulnerabilidade que frequentam instituições de cuidado e educação coletiva. Compreende a creche como um ambiente de atenção, proteção e suporte no processo do desenvolvimento infantil, considerando a relação da criança com diversos contextos envolvendo a família e o território em que estão inseridas. Identifica a importância de reconhecer os riscos ambientais presentes no cotidiano, também o impacto que causam nos vínculos familiares e na formação da primeira infância. A ausência de compreensão a cerca das responsabilidades sociais e educacionais, assim como o desprovimento de ações e práticas articuladas entre saúde e educação são fatores que não contribuem para a superação de condições de subcidadania e trajetórias de vulnerabilidade social.	Considera a intersetorialidade e a articulação de ações e saberes entre saúde, educação e assistência social como instrumentos potencializadores no enfrentamento da vulnerabilidade, riscos e danos, assim como no fortalecimento da promoção da saúde, políticas públicas e garantia de direitos de crianças e adolescentes. Descreve a atuação da terapia ocupacional na área da educação. Caracterizando intervenções no contexto escolar e social direcionadas ao indivíduo e ao coletivo, a família e a comunidade; visando reconhecer as relações que se estabelecem no cotidiano escolar e a interação entre os diferentes grupos. Ressalta que ações da terapia ocupacional voltadas para os paradigmas sociais relacionados à diversidade de gênero, etnia, condições físicas, mentais e econômicas devem ser enfatizadas no espaço educacional.
Experiências liminares diante da imagem: breves considerações para a Terapia Ocupacional	Christiane Siegmann, Tania Mara Galli Fonseca	Artigo Original	A análise submete-se a um raciocínio clínico a respeito da importância de abordagens das experiências liminares em Terapia Ocupacional incorporada a Arte e a Filosofia. A partir de imagens reconhece mecanismos os quais	Refere-se a recursos utilizados pela terapia ocupacional através da arte, direcionados a expressão da vida e do cotidiano do indivíduo. Atuação focalizada na garantia de acesso cultural, também na participação social como mecanismo de enfrentamento da segregação

			<p>compreendem o efeito no corpo do pesquisador e no modo saber-fazer profissional. Nesse sentido, buscam direcionar intervenções baseadas na esfera social da população assistida por terapeutas ocupacionais a fim de proporcionar a expressividade criativa do cotidiano e dos modos de se relacionar socialmente.</p>	<p>e resignação da subjetividade dos sujeitos. Considera nesse processo os modos de pensar transdisciplinares organizados em ações socioeducativas e inclusivas, projetos de orientação comunitária e qualidade de vida. As autoras especificam que o trabalho dos terapeutas ocupacionais com pessoas em situação de vulnerabilidade social é voltado às relações de poder vivenciadas no cotidiano, expressas em intervenções que tendem o empoderamento e a transformação social dessa população.</p>
Adolescentes no CAPSi: relações sociais e contextos de inserção	<p>Amanda Dourado Souza Akahosi Fernandes, Thelma Simões Matsukura</p>	Artigo Original	<p>Trata-se de uma análise sobre o contexto de inserção e as relações sociais cotidianas de adolescentes usuários de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil. Com o propósito de reconhecer esses elementos a partir do entendimento dos participantes, foram realizadas entrevistas, as quais os resultados apresentaram as relações sociais limitadas ao âmbito do CAPSi, sendo os profissionais do serviço mencionados pela maioria dos adolescentes como respectivos membros da sua rede de suporte. Compreende a importância da atenção ao desenvolvimento de adolescentes em sofrimento psíquico, assim como a singularidade e as potencialidades desses sujeitos. O estudo caracteriza o CAPSi como mecanismo de cuidado a saúde mental e regido por políticas públicas, identificando a necessidade de ampliar as práticas voltadas a inclusão social para além do cenário do serviço de saúde.</p>	<p>O estudo indica que a escola não compreende satisfatoriamente questões relacionadas a crianças e adolescentes com transtornos mentais. É possível identificar nos relatos dos entrevistados manifestações de agressividade e desestabilidade emocional quando esses se encontram no ambiente escolar, motivos os quais levam a desvinculação escolar. Ressalta a importância no enfoque de ações intersetoriais em instituições escolares que desenvolvam estratégias educacionais e sociais possibilitando experiências significativas e a aprendizagem escolar adequada. Do mesmo modo, aborda a necessidade da concretização de políticas públicas com o propósito de garantir a frequência escolar, laços sociais, promovendo assim perspectivas e qualidade de vida desses sujeitos. O estudo apresenta também resultados relacionados com a estrutura familiar associada a conflitos e violência, a desintegração familiar, sendo esses considerados fatores de risco que provocam sofrimento psíquico em adolescentes. Ações de inclusão social realizadas</p>

				pelos serviços de saúde foram identificadas nas entrevistas como dispositivos que facilitam os vínculos sociais e a inserção dos usuários na comunidade e em diferentes cenários.
Gestante agricultora: agravos e riscos ocupacionais	Paula Marco Marchiori, Lucimare Ferraz	Artigo Original	<p>O artigo refere-se aos métodos de trabalho rural de mulheres gestantes, as quais realizam o acompanhamento pré-natal em unidades de Estratégia de Saúde da Família localizadas em comunidades rurais. Baseado na percepção dos profissionais de saúde, das gestantes e a partir da observação das pesquisadoras aos locais de trabalho, identificou-se que as trabalhadoras gestantes rurais estão expostas a diversos agravos à saúde e riscos ocupacionais. A pesquisa reconhece a necessidade de capacitação dos profissionais voltadas para realidade da população, assim como ações coletivas que visem à identificação e resolução de problemas.</p>	<p>As autoras compreendem os trabalhadores rurais como sujeitos marginalizados e vítimas de vulnerabilidade social, relacionando essas condições ao contexto histórico político, cultural e econômico da população brasileira. Dado que a pesquisa identifica essas pessoas isoladas socialmente pela dificuldade de acesso ao território em que se encontram, identificando ainda baixo nível socioeconômico, precariedade de moradia, lazer e segurança pública. Por conseguinte, é proposto pelas pesquisadoras o reconhecimento do território e as condições de vida dos habitantes, como estratégia dos profissionais do serviço de saúde na identificação de riscos, demandas e do contexto da comunidade em que atuam. São apontadas ações intersetoriais e práticas educativas em saúde a serem desenvolvidas pelos profissionais em conjunto com os trabalhadores rurais, visando à promoção e prevenção de saúde dessa população.</p>
Problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas entre alunos de uma Escola Municipal de Uberaba – um estudo piloto	Andrea Ruzzi Pereira, Rafaela Caroline Silveira de Castro, Jair Lício Ferreira Santos	Artigo Original	<p>Trata-se de uma avaliação dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas no âmbito de uma instituição pública de ensino do nível fundamental. Participaram da pesquisa estudantes do 6º ao 9º ano, com idade entre 10 a 15 anos, onde os indivíduos com 10 anos apresentaram menor risco de problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. O uso de substâncias psicoativas na adolescência pode</p>	<p>Considera o uso de álcool e outras drogas um fenômeno de diversas origens e uma preocupante questão de saúde pública. O artigo apresenta estudos que indicam que o uso de substâncias psicoativas inicia na transição da infância para adolescência, onde nessa fase da vida acontecem mudanças físicas e psicológicas em que o adolescente vivencia a transformação social e cultural. Entende que o uso de drogas na adolescência está relacionado à descoberta</p>

			<p>desencadear nos indivíduos dificuldades no desenvolvimento de atividades em diferentes aspectos. Mediante ao estudo foi possível identificar como fatores de risco, a relação familiar, transtorno psiquiátrico associado ao gênero, interação escolar, e atividades de lazer e recreação, sendo essa última área identificada como fator de maior risco para o uso de álcool e outras drogas no nessa fase da vida.</p>	<p>pessoal desse momento, na busca por aceitação social, fuga das adversidades, no desejo de experimentar diferentes emoções e no aumento da satisfação. A pesquisa identifica que as relações familiares conflituosas são fatores de risco para o uso de álcool e outras drogas, reconhecendo a família como responsável pelos princípios e condutas dos indivíduos. Relaciona o uso de álcool e outras drogas aos transtornos psiquiátricos, apontando aos meninos o predomínio do transtorno de conduta. Enquanto meninas sofrem mais danos em relação á sociabilidade, pois propendem ao distanciamento dos vínculos sociais. Identifica também as atividades de lazer como o fator de maior risco associado ao uso de álcool e outras drogas; caracterizando essas atividades como identidades culturais e essenciais para o bem-estar dos sujeitos. Aborda ainda, a ausência de incentivo e baixo desempenho escolar como fatores de propensão ao uso de drogas no contexto escolar. De outro modo, reconhece que instituições de ensino as quais incentivam a participação social dos alunos, familiares e da comunidade contribuem para prevenção ao uso do álcool e outras drogas. Bem como ações intersetoriais de educação em saúde e na elaboração de políticas desenvolvidas em conjunto com a comunidade escolar.</p>
<p>Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo – 3° ed.</p>	<p>Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA)</p>	<p>Documento oficial da Associação Americana de Terapia Ocupacional</p>	<p>Trata-se de um documento oficial da Associação Americana de Terapia Ocupacional, o qual foi inicialmente produzido para compreensão e colaboração da profissão na promoção de saúde e na participação de pessoas pelo viés da ocupação. A Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e</p>	<p>O domínio da terapia ocupacional refere-se às competências e áreas compreendidas pela profissão. Auxilia como reforço no entendimento da participação dos indivíduos nas atividades de vida diárias decorrente de ações, relações interessadas, do ambiente físico e social e do contexto cultural, social, temporal e virtual.</p>

			<p>Processo tem como finalidade fundamentar a prática da terapia ocupacional, através de domínios e processos voltados para contemplar a saúde, o bem-estar e a participação de pessoas, grupos e populações. Profissionais de terapia ocupacional objetivam a participação dos indivíduos em diferentes espaços como no domicílio, na comunidade, na escola, no ambiente de trabalho; por meio da utilização de recursos terapêuticos nas ocupações diárias.</p> <p>Mentores da Estrutura salientam para a formulação do plano de tratamento a partir de elementos relacionados ao ambiente, valores e desejos dos clientes.</p>	<p>Dentre os elementos do domínio, são considerados os padrões do desempenho relacionado aos hábitos, rotinas, papéis e rituais, capazes de contribuir ou prejudicarem o desempenho ocupacional e a saúde dos indivíduos. Onde hábitos, diz respeito aos comportamentos característicos em determinadas situações; rotinas as repetitivas atividades implicadas culturalmente e ecologicamente na viabilização da vida diária; papéis ao agrupamento de comportamentos previstos socialmente, formados através da cultura e do contexto do indivíduo, grupo ou população; e os rituais as ações simbólicas, sociais, culturais, as quais evidenciam valores e crenças, apoiando também a identidade dos indivíduos. Apresenta a justiça ocupacional a partir da atenção que profissionais de terapia ocupacional destinam para conceitos relativos à ética, a integridade e civilidade, vinculada aos contextos e ambientes na sua totalidade. Não fazendo distinção de faixa etária, gênero, classe social; no direito de inclusão e participação nas ocupações diárias. Considera que profissionais de terapia ocupacional podem atuar nesse âmbito colaborando em políticas, diretrizes e práticas voltadas para atividades significativas na vida das pessoas.</p>
<p>Terapia ocupacional e consultoria colaborativa: uma revisão narrativa da literatura</p>	<p>Andréa Rizzo dos Santos, Sarah De La Libra</p>	<p>Artigo de Revisão</p>	<p>Profissionais de diferentes áreas da saúde e da educação atuam articuladamente e com o mesmo propósito, desenvolvendo assim o padrão de trabalho da consultoria colaborativa. Metas e responsabilidades são compartilhadas e o planejamento de intervenções direcionadas</p>	<p>A consultoria colaborativa possibilita respostas para adversidades relacionadas à capacidade de aprendizagem e convívio, superação das fragilidades, incentivo ao desempenho individual e profissional dos funcionários, facilitando a compreensão sobre a pluralidade de contextos e a inclusão escolar. Profissionais de diferentes</p>

			<p>para a educação inclusiva. Sendo a terapia ocupacional, uma das áreas profissionais que atua na escola através da consultoria colaborativa. Trata-se de um estudo avaliativo realizado por meio de revisão de literatura brasileira acerca das propriedades e a contribuição da consultoria colaborativa no processo de inclusão educacional.</p>	<p>áreas se articulam para o desenvolvimento de estratégias voltadas para a educação inclusiva. O terapeuta ocupacional atua no contexto escolar verificando o desempenho ocupacional do sujeito, considerando a participação nas atividades e no ambiente da escola. Sendo as intervenções orientadas também aos profissionais da instituição, aos pais e a comunidade escolar. Aponta a importância do profissional que desenvolve a consultoria colaborativa reconhecer a realidade do ambiente em que está atuando, por meio de análise do contexto escolar associado à dinâmica organizacional e a relação entre a equipe escolar; o território em que a escola está inserida, identificando fatores relacionados à condição social, o acesso à cultura e o lazer, a violência e ao uso de drogas; e a participação da comunidade através da interação entre família e escola.</p>
<p>Avaliação do comportamento motor de crianças entre zero a 12 meses incompletos em região periférica na cidade de Santos</p>	<p>Andréa Felner Navajas, Silvana Maria Blascovi-Assis</p>	<p>Artigo Original</p>	<p>O desenvolvimento humano motor pode ser avaliado com base na relação com o ambiente, condições biológicas, e no desenvolvimento neuropsicomotor infantil. A investigação refere-se à avaliação do desenvolvimento do comportamento motor, realizada com crianças moradoras de uma região caracterizada por contextos de vulnerabilidade social, situações de violência e exposição a doenças. Identifica como fatores de riscos predominantes no atraso motor o nível socioeconômico, nível de escolaridade da família e o baixo peso ao nascer.</p>	<p>O atraso no desenvolvimento motor de crianças requer atenção e condutas voltadas para diminuir o comprometimento e prevenir que se estenda para outras fases da vida. O estudo apresenta autores que consideram as repercussões da sociedade, do ambiente e da família associadas ao desenvolvimento humano. Identificam condições socioeconômicas, situações de vulnerabilidade, baixo nível de escolaridade dos pais como fatores de risco ao desenvolvimento infantil. Com base na relação consigo mesma, com a família (evidenciando a relação materna), com o ambiente da casa, educacional e comunitário, esse processo é enfatizado como um recurso de desenvolvimento da criança. Atrasos motores associados a aspectos</p>

				<p>psicológicos e sociais prejudicam o processo de socialização e desempenho escolar.</p> <p>Afirma a primordialidade da atenção interdisciplinar, em ações de saúde e intervenções terapêuticas. Implicando a família, a comunidade e os trabalhadores da saúde e educação na prevenção e no cuidado à saúde infantil.</p> <p>Indica que pesquisas voltadas aos riscos do desenvolvimento infantil precisam ser pensadas junto à composição de políticas públicas, de modo a diminuir esses fatores.</p>
<p>“Pensando como um menino é mais fácil”: construções sobre as relações de gênero no discurso de meninas adolescentes</p>	<p>Rosana Juliet Silva Monteiro,</p> <p>Daniela Tavares Gontijo,</p> <p>Vera Lúcia Dutra Facundes,</p> <p>Anna Carolina Sena e Vasconcelos</p>	<p>Artigo Original</p>	<p>As atribuições relativas a gênero intervêm na forma de existência e no desempenho ocupacional dos sujeitos desde o nascimento. O estudo refere-se à percepção social expressa por adolescentes do sexo feminino sobre condutas e valores culturais influentes na sexualidade e nas relações de gênero. Indica a contribuição da Terapia Ocupacional em intervenções potentes sobre a reflexão da desigualdade de gênero e na abordagem dos direitos de autonomia e oportunidade das mulheres.</p>	<p>Compreende a expressão gênero como denominação da construção social do sexo biológico instituída por valores culturais. Atitudes e posicionamentos de homens e mulheres decorrentes do contexto social e histórico podem fortalecer relações hierárquicas e de desigualdade social, práticas explícitas ou simbólicas de violência, mediante parâmetros estabelecidos nas relações de poder, socialmente aceitas. Condutas e ocupações pré-estabelecidas para o sexo feminino, podem restringir a mulher a desempenhar papéis satisfatórios, implicando no domínio de atividades pessoais, emocionais, familiares e laborais.</p> <p>Aponta também que a família intervêm no comportamento afetivo e sexual dos jovens, quando abordado com base no gênero. Sendo assim, descreve estratégias da Terapia Ocupacional voltadas para autonomia do indivíduo, atribuições de novos significados no desempenho ocupacional e para reestruturação do coletivo.</p>
<p>Terapia ocupacional na vigilância em saúde do</p>	<p>Maria Teresa Bruni Daldon,</p> <p>Selma</p>	<p>Artigo Original</p>	<p>Serviços de Saúde do Trabalhador destinam-se assegurar métodos e condições de trabalho adequadas e seguras,</p>	<p>Aborda as doenças e acidentes associados ao trabalho como um preocupante problema de saúde pública. A Saúde do Trabalhador compreende as</p>

trabalhador*	Lancman		<p>minimizando complicações e doenças associadas ao trabalho. Descreve sobre a incorporação de profissionais de terapia ocupacional na área de Vigilância em Saúde do Trabalhador e o percurso nesse cenário. Realizou-se entrevistas com autoridades sanitárias, onde foram identificados três terapeutas ocupacionais compondo equipes com cinco profissionais. Terapeutas ocupacionais compreendem o trabalho a partir dos determinantes sociais e históricos na relação entre saúde e trabalho, de maneira subjetiva as formas de organização, processos de adoecimento e a representação do trabalho na vida dos sujeitos.</p>	<p>condições sociais como interferência nas condições de saúde e tem suas intervenções não somente voltadas ao modelo biológico das doenças, considerando em suas ações as particularidades de indivíduos e grupos de trabalhadores, bem como o contexto social em que se inserem. Atuando assim na promoção e vigilância da saúde.</p> <p>Considera o campo de saúde do trabalhador como um dos quais apresenta maior quantidade de atuação interdisciplinar no âmbito da saúde. Percebe que relações de poder são instituídas por profissionais de saúde que atuam na Vigilância de Saúde do Trabalhador de maneira autoritária, prejudicando assim a correspondência de todos implicados em práticas que visem mudanças envolvendo o coletivo.</p>
Cotidiano e práticas educativas parentais: a percepção das famílias de crianças em sofrimento psíquico	<p>Maria Fernanda Barboza Cid, Gabriella da Cruz Santos, Carolina Elisabeth Squassoni</p>	Artigo Original	<p>Descreve contribuições da literatura sobre Práticas Educacionais Parentais, assim como a perspectiva de responsáveis por crianças em sofrimento psíquico usuárias de um Programa de Terapia Ocupacional em Saúde Mental Infantojuvenil, sobre o cotidiano e rotina da criança e da família, e sobre práticas educativas parentais.</p>	<p>Entende que o sofrimento psíquico em crianças e adolescentes deve ser abordado distintamente de acordo com a complexidade de fatores motivacionais, particularmente a forma de se relacionar entre si, com a família e socialmente. Apresenta estudos, os quais indicam que a estrutura familiar é uma grande influência na saúde mental infantojuvenil; exemplificando a violência intrafamiliar como um fator determinante nessa condição.</p> <p>De acordo com valores culturais e atitudes socialmente aceitas, pais utilizam das práticas educativas parentais, no desenvolvimento educacional e social dos filhos. Por conseguinte, aponta autores que descrevem a importância da rotina e a interação entre a família na realização das atividades domiciliares, escolares, de lazer, beneficiando assim o processo escolar e social e contribuindo</p>

				para saúde mental da criança. Autores apontam também a necessidade de ações intersetoriais na promoção, prevenção e tratamento de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico.
--	--	--	--	---

Fonte: Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br>>.